

"Este prospecto foi preparado com as informações necessárias ao atendimento das disposições do Código de Auto-Regulação da ANBID para Fundos de Investimento, bem como às normas emanadas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. A autorização para funcionamento e/ou venda de quotas deste Fundo não implica, por parte da Comissão de Valores Mobiliários e da ANBID, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade do Fundo, de sua Instituição Administradora e demais instituições prestadoras de serviços."

PROSPECTO DEFINITIVO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO

MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA MÍNIMA DE 3.000 E MÁXIMA DE ATÉ 15.000 QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE, COM VALOR UNITÁRIO INICIAL DE R\$ 10.000,00, QUE PERFAZEM UM VOLUME TOTAL DE:

R\$ 150.000.000,00

**ADMINISTRADOR E DISTRIBUIDOR LÍDER – CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS, AVENIDA PRESIDENTE WILSON, Nº 231, 24º ANDAR, PARTE, CENTRO – RIO DE JANEIRO - RJ**

CNPJ Nº 10.370.006/0001-04

Austin Rating: AA

Benchmark: 116% do CDI

- ✓ **Ofício CVM referente à constituição do Fundo:** PROCESSO/RJ/2008/9441
- ✓ **Registro na CVM:** CVM/SRE/RFD/2008/059
- ✓ **Data e Ofício CVM referente ao registro da 1ª série de quotas seniores:** 03/10/2008 / OFÍCIO/CVM/SRE/Nº 1702/2008
- ✓ **Classificação ANBID:** FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
- ✓ **Código ANBID das quotas seniores:** 217670
- ✓ **Código ISIN das cotas seniores da 1ª série:** BRMXCDCTF005

EMIÇÃO DA PRIMEIRA SÉRIE DE QUOTAS SENIORES E DAS QUOTAS SUBORDINADAS DO MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (O "FUNDO"), CONSTITUÍDO DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO CMN Nº 2.907, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2001, E A INSTRUÇÃO CVM Nº 356, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2001, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA ("CNPJ/MF") SOB O Nº 10.370.006/0001-04 E ADMINISTRADO PELA **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, COM SEDE NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA AVENIDA PRESIDENTE WILSON, Nº 231, 24º ANDAR, PARTE, CENTRO, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 62.382.908/0001-64 (A "ADMINISTRADORA"), CONFORME DELIBERADO PELA ADMINISTRADORA NO ATO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO, EM 24 DE SETEMBRO DE 2008, O QUAL SE ENCONTRA REGISTRADO NO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO SOB O Nº 727292, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008, SENDO O INSTRUMENTO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DE SEU REGULAMENTO DATADA DE 29/09/2008, REGISTRADO NO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O INSTRUMENTO DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DE SEU REGULAMENTO DATADO DE 21/11/2008, REGISTRADO NO 5º OFÍCIO DO REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.

ESTE PROSPECTO DEFINITIVO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO – ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DA ADMINISTRADORA E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DA ADMINISTRADORA E DA GESTORA DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO' DESTE PROSPECTO DEFINITIVO, NAS PÁGINAS 17 A 20.

O INVESTIMENTO NO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO DEFINITIVO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE A ADMINISTRADORA E A GESTORA DO FUNDO MANTENHAM SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DE SUA GESTORA, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS – FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO DEFINITIVO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO DEFINITIVO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODO QUOTISTA, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÁ ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO DEFINITIVO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA À ADMINISTRADORA, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA QUOTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS E AO FUNDO. VIDE SEÇÃO “TRIBUTAÇÃO” DESTE PROSPECTO DEFINITIVO.

A CVM NÃO GARANTE A VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS E, TAMPOUCO, FAZ JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA.

NÃO HÁ EVENTOS SUBSEQUENTES RELEVANTES NÃO MENCIONADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DO **ORIGINADOR**.

ORIGINAÇÃO



ADMINISTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO



GESTÃO



ASSESSORIA LEGAL
BARCELLOS
TUCUNDUVA
ADVOGADOS

AGÊNCIA DE RATING
AUSTIN
R A T I N G

AUDITORIA
KPMG

CUSTÓDIA
Deutsche Bank 

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	6
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	7
PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	10
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	10
PERFIL DO INVESTIDOR.....	12
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA.....	12
CONDIÇÕES DE CESSÃO.....	12
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	13
LIMITES DE CONCENTRAÇÃO.....	13
POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS.....	14
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS.....	15
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS	16
FATORES DE RISCO	17
EMISSÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS	21
PATRIMÔNIO INICIAL E RAZÃO DE GARANTIA.....	22
ASSEMBLÉIA GERAL	23
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	25
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....	25
TAXAS	26
TRIBUTAÇÃO	27
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.....	28
CUSTÓDIA E CONTROLADORIA.....	30
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO.....	31

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS.....	31
ENCARGOS DO FUNDO.....	32
PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	32
BREVE HISTÓRICO DO BANCO CRUZEIRO DO SUL	32
BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.....	33
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO.....	35
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA.....	35
DIREITOS CREDITÓRIOS.....	36
DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	36
INFORMAÇÕES ADICIONAIS.....	37
EXEMPLARES DO PROSPECTO	37
ATENDIMENTO AO QUOTISTA	38
RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA.....	38
FORO	39
ANEXO I – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA.....	40
ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400.....	41
ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR	42
ANEXO IV – INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTO, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	43
ANEXO V – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	44
ANEXO VI - RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO REFERENTE AO 4º TRIMESTRE DE 2008.....	49
ANEXO VII - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO CRUZEIRO DO SUL.....	54
ANEXO VIII - REGULAMENTO DO FUNDO.....	55

GLOSSÁRIO

1ª Série: a 1ª série de quotas seniores;

ADMINISTRADORA: a **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64, autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 8.282, de 12 de abril de 2005;

Agência Classificadora de Risco: a **AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.803.488/0001-09, sediada na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr, nº 110, 7º andar, Itaim Bibi – São Paulo – SP, CEP 04542-000;

Aposentados e Pensionistas: os aposentados e/ou pensionistas beneficiários e vinculados ao INSS que celebraram Contratos de Empréstimo com consignação em folha de pagamento junto ao BANCO CRUZEIRO DO SUL;

BACEN: o Banco Central do Brasil;

BANCO CRUZEIRO DO SUL: o BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Funchal, nº 418, 7º a 9º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.136.254/0001-99;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia – “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela CETIP;

CETIP: a CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

Condições de Cessão: as condições de cessão de Direitos Creditórios ao **FUNDO**, estabelecidas no Capítulo VI de seu Regulamento;

Contratos de Empréstimo: os contratos de mútuo com consignação em folha de pagamento celebrados entre o BANCO CRUZEIRO DO SUL e os respectivos Sacados;

Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos Creditórios sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre o FUNDO e o **ORIGINADOR**;

Contrato de Custódia: o Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre o **FUNDO** e o CUSTODIANTE;

Convênios: os convênios celebrados entre o BANCO CRUZEIRO DO SUL e os Entes Públicos Conveniados;

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

Quotistas: os investidores que venham a adquirir quotas de emissão do **FUNDO**;

Crítérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**, estabelecidos no Capítulo VI de seu Regulamento;

CUSTODIANTE: o DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11;

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

Data da 1ª Emissão de quotas seniores: a data da primeira integralização de quotas seniores do **FUNDO**;

Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

Dia(s) Útil(eis): segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro;

Direitos Creditórios: os Direitos Creditórios performados, revolventes ou não, oriundos de operações de titularidades do ORIGINADOR oriundos dos Contratos de Empréstimo;

Direitos Creditórios Elegíveis: os Direitos Creditórios que atendam cumulativamente às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

Direitos Creditórios Inadimplidos: os Direitos Creditórios Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

Documentos Representativos do Crédito: os Contratos de Empréstimo e os convênios firmados entre o BANCO CRUZEIRO DO SUL e os Entes Públicos Conveniados;

Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais ou municipais e o INSS, que mantenham convênio firmado com o BANCO CRUZEIRO DO SUL;

Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVI do Regulamento;

Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XIV do Regulamento;

FUNDO: o **MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro;

GESTORA: a **BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório nº 7.509, de 24 de novembro de 2003, com sede na Rua Funchal, nº 418, 8º andar, Vila Olímpia, São Paulo – SP, CEP 04551-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.347/0001-17;

Instrução CVM 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;

INSS: o Instituto Nacional do Seguro Social;

ORIGINADOR: o BANCO CRUZEIRO DO SUL;

Preço de Aquisição: o preço de aquisição dos Direitos Creditórios;

Público-Alvo: investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir cotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM;

Razão de Garantia: é a relação de 20% (vinte por cento) entre o valor das quotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356, calculada pela ADMINISTRADORA;

Sacados: os Servidores Públicos e os Aposentados e/ou Pensionistas;

Servidores Públicos: os servidores públicos efetivos vinculados a pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, municipais, ou do Distrito Federal.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

EMISSION DAS QUOTAS: MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS.

TIPO DE FUNDO: O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado.

Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o **FUNDO** é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.

OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO: Proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO**, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e pelo Regulamento, na aquisição de direitos creditórios oriundos de Contratos de Empréstimo concedidos pelo **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.** aos Sacados.

BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES: 116% (cento e dezesseis por cento) da taxa do CDI. Não existe qualquer promessa do **FUNDO**, do **CUSTODIANTE** da **ADMINISTRADORA** ou da **GESTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

As quotas subordinadas não possuirão padrão de rentabilidade definido.

PRAZO DE DURAÇÃO:	<p>O FUNDO tem prazo indeterminado.</p> <p>A 1ª Série terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores, e serão amortizadas trimestralmente a partir do 18º (décimo oitavo) mês.</p>
EXERCÍCIO SOCIAL:	O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no mês de janeiro de cada ano.
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES:	A 1ª Série do FUNDO obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco AA. A ADMINISTRADORA deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das quotas seniores do FUNDO pela Agência Classificadora de Risco.
QUANTIDADE INICIAL DE QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:	15.000 (quinze mil)
VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
PATRIMÔNIO ESTIMADO:	R\$ 150.000.000,00 (cinto e cinquenta milhões de reais), considerando a colocação total de quotas seniores.
CLASSES DE QUOTAS:	As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção "Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo".
RAZÃO DE GARANTIA:	20% (vinte por cento), isto quer dizer que o FUNDO deverá manter no máximo 80% (oitenta por cento) de seu patrimônio representado por quotas seniores e no mínimo 20% (vinte por cento) representado por quotas subordinadas.
PÚBLICO ALVO:	Exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Quotistas. Podem participar do FUNDO , ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir quotas do FUNDO , desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM
VALOR MÍNIMO INICIAL DE APLICAÇÃO:	O valor mínimo inicial de subscrição de quotas seniores e subordinadas é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÕES ADICIONAIS:	O valor mínimo de aplicações adicionais em quotas seniores e subordinadas é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
VALOR MÍNIMO DE PERMANÊNCIA:	O valor mínimo de permanência é de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	O FUNDO aplicará parcela preponderante de seu patrimônio na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento do FUNDO . Para maiores informações, vide a seção "Política de Investimento".
NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO:	A 1ª Série de quotas seniores do FUNDO terão registro para negociação no mercado secundário na CETIP. Vide seção "Regras de Movimentação: Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização de Quotas".

AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores do **FUNDO** representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores amortizados trimestralmente.

AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SUBORDINADAS: As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento, especialmente à Razão de Garantia, ressalvada a hipótese prevista no Artigo 41 do Regulamento. A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das quotas subordinadas.

RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: O resgate das quotas seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização das quotas seniores da 1ª Série. Vide seção “Características da Oferta”.

RESGATE DAS QUOTAS SUBORDINADAS: O resgate das quotas subordinadas somente poderá ser efetuado após o resgate da totalidade das quotas seniores da 1ª Série. Vide seção “Características da Oferta”.

INÍCIO DO FUNDO: 09/10/2008, data em que houve a primeira aplicação em quotas seniores do **FUNDO**.

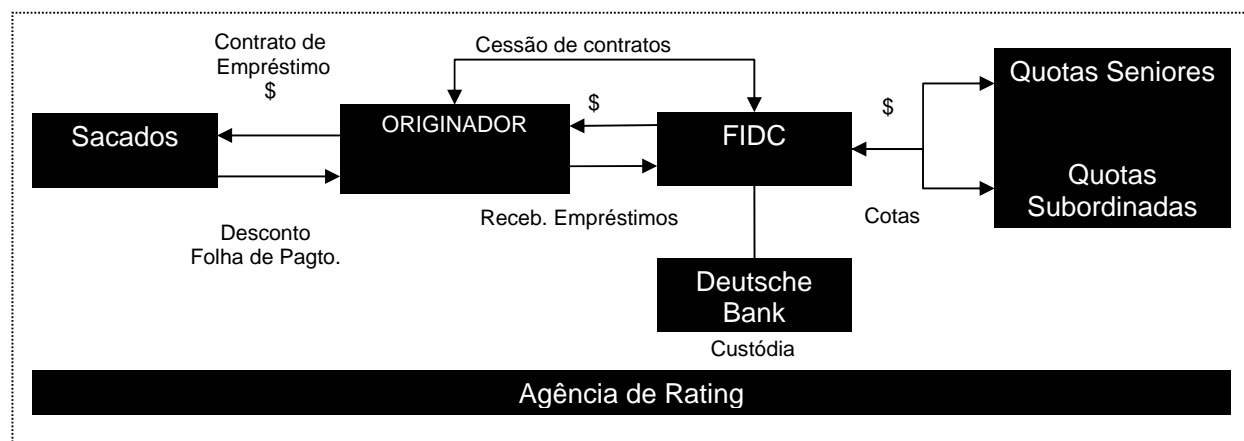
CONTA PARA APLICAÇÃO BANCO Nº 487 Deutsche Bank S.A.
AGENCIA: 001
CONTA CORRENTE 100.424-6

BASE LEGAL: Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos de operações de titularidade do **ORIGINADOR** oriundos dos Contratos de Empréstimo, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos Creditórios Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



PRESTADORES DE SERVIÇOS

ASSESSORIA JURÍDICA	BARCELLOS, TUCUNDUVA ADVOGADOS Alameda Itu, nº 852, 9º e 10º andares Cerqueira Cesar - São Paulo – SP – CEP: 01421-001 CNPJ: 43.714.203/0001-52 Telefone: (11) 3069-9080 / Fax: (11) 3069-9066 http://www.barcellostucunduva.com.br/portugues/index2.htm
AUDITORIA:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Renato Paes de Barros, nº 33 Itaim Bibi - São Paulo – SP – CEP: 04530-904 CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 2183-3000 – Fax: (11) 2183-3001 http://www.kpmg.com.br/
ADMINISTRADORA E DISTRIBUIDORA LÍDER	CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Avenida Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte Centro - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 20030-021 CNPJ: 62.382.908/0001-64 Telefone: (21) 3861-4100 / Fax: (11) 3044-0944 http://www.bcsul.com.br/
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr, nº 110, 7º andar Itaim Bibi – São Paulo – SP - CEP 04542-000 CNPJ: 05.803.488/0001-09 Telefone: (11) 3377-0707 / Fax: (11) 3377-0739 http://www.austin.com.br/
CUSTODIANTE	DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º a 15º andares Itaim Bibi – São Paulo – SP – CEP: 04538-132 CNPJ: 62.331.228/0001-11 Telefone: (11) 2113-5000 / (11) 2113-5170 http://www.db.com/brazil/
GESTORA	BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. Rua Funchal, nº 418, 8º andar Vila Olímpia - São Paulo – SP - CEP 04551-060 CNPJ: 05.917.347/0001-17 Telefone: (11) 3848-2717 / Fax: (11) 3044-0944 http://www.verax.com.br/Forms/Default.aspx
ORIGINADOR DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. Rua Funchal, nº 418, 7º a 9º andares Vila Olímpia – São Paulo – SP – CEP: 04551-060 CNPJ: 62.136.254/0001-99 Tel.: (11) 3848-1800 / Fax: (11) 3848-1895 http://www.bcsul.com.br/

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

A 1ª Série terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 116% (cento e dezesseis por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (“CDI”) de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

As quotas subordinadas não terão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Em relação às quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

- (i) serão distribuídas publicamente até 15.000 (quinze mil) quotas seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor mínimo inicial de aplicação no período de distribuição das quotas seniores da 1ª Série é de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).
- (ii) A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 3.000 (três mil) quotas seniores da 1ª Série, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.
- (iii) As quotas seniores da 1ª Série e as quotas subordinadas do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição.
- (iv) Eventual saldo não colocado de quotas seniores da 1ª Série e de quotas subordinadas poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Na subscrição de quotas seniores do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição. Na subscrição de quotas subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de fechamento.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

As quotas seniores da 1ª Série e as quotas subordinadas terão valor unitário inicial de emissão idêntico na primeira data de emissão das quotas seniores da referida Série.

O preço de subscrição das quotas seniores da 1ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A distribuição de quotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pela **ADMINISTRADORA**, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

A partir do 18º (décimo oitavo) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** e as quotas subordinadas terão seus valores de principal investido e rendimentos amortizados trimestralmente conforme a proporção abaixo, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

21º mês	24º mês	27º mês	30º mês	33º mês	36º mês
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

O resgate das quotas seniores ocorrerá no 36º (trigésimo sexto) mês, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

O pagamento das amortizações e/ou resgate deverá ser feito no último dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização e/ou resgate. A amortização de quotas subordinadas, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as quotas seniores.

A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que a relação entre o valor das quotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja maior que 20% (vinte por cento), ressalvada a hipótese prevista no artigo 41 do Regulamento, e desde que:

I – seja realizada após a amortização da totalidade das quotas seniores prevista para aquele trimestre; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de quotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção da Razão de Garantia definida no artigo 44 do Regulamento.

PERFIL DO INVESTIDOR

O investimento no **FUNDO** não é adequado a investidores que necessitem de liquidez, tendo em vista que os fundos de investimento em direitos creditórios encontram pouca liquidez no mercado brasileiro, a despeito da possibilidade de terem quotas negociadas em bolsa ou mercado de balcão organizado. Além disso, o **FUNDO** tem a forma de condomínio fechado, ou seja, não admite a possibilidade de resgate de quotas, salvo pelo prazo de duração da série, ou pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Decorridos 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá ter alocado, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu patrimônio líquido na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Os Direitos Creditórios Elegíveis a serem cedidos ao **FUNDO** não contam com coobrigação.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

O **FUNDO** poderá alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas ("hedge").

Para o efeito do disposto acima, as operações com derivativos podem ser realizadas unicamente na modalidade "com garantia", somente nos mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

É vedado ao **FUNDO** realizar operações de "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, observado o disposto no artigo 20 do Regulamento.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

A **GESTORA**, respeitado o disposto nesta Seção, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do **FUNDO** nas quais figurem como contraparte as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da **ADMINISTRADORA** ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela **ADMINISTRADORA** ou pelas demais pessoas acima referidas. Todas as informações relativas às operações referidas neste artigo serão objeto de registros analíticos segregados.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem atender cumulativamente às seguintes Condições de Cessão:

- a) decorram de operações de empréstimo concedidas pelo **ORIGINADOR** a Sacados, com taxas de juros pré-fixadas, devidamente formalizadas mediante os instrumentos cadastrais e contratuais aplicáveis, inclusive para fins de constituição de títulos executivos extrajudiciais;
- b) decorram de operações de empréstimo concedidas pelo **ORIGINADOR** a Servidores Públicos efetivos com idade entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos, ou a Aposentados e Pensionistas com idade entre 18 (dezoito) e 80 (oitenta) anos;

c) tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Sacados;

d) sejam oriundos de Sacados, ou seja, Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, Contratos de Empréstimo com parcelas vencidas e não pagas ao **FUNDO** e ao **ORIGINADOR**.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**.

Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem, ainda, obedecer, cumulativamente, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

a) os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** devem ter, no mínimo, 01 (uma), e, no máximo, 120 (cento e vinte) parcelas mensais quando da data da cessão;

b) quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios não poderão apresentar parcelas vincendas com pagamento previsto para data posterior ao prazo de duração do **FUNDO**, não podendo o vencimento de nenhuma parcela dos empréstimos a serem adquiridas ser superior ao prazo de vencimento das respectivas séries de quotas do **FUNDO** em andamento;

c) os empréstimos devem ter valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais, até o limite de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**; e

d) os Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO** não poderão ser oriundos de cessões de crédito originadas a partir de operações de empréstimos a **Servidores Aposentados ou Pensionistas** vinculados a entes federativos conveniados ou ao INSS que, em um prazo de até 90 (noventa) dias, apresente percentual de atraso na entrega de valores por ele consignados de seus Servidores Públicos e já cedidos ao **FUNDO** igual ou superior 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

Na hipótese de o Direito Creditório perder qualquer condição de elegível após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA** ou a **GESTORA**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

O **ORIGINADOR** será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro. O **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** não respondem pela solvência, originação, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o **ORIGINADOR**, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), benefícios, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, bem como de todos os riscos inerentes aos Direitos Creditórios, sem qualquer tipo de garantia ou co-obrigação do **ORIGINADOR**. Desta forma, o **ORIGINADOR** não será e não poderá ser responsabilizado pela solvência e adimplência dos Direitos Creditórios.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

O **FUNDO** observará os seguintes limites de concentração para aquisição de Direitos Creditórios (os "Limites de Concentração"):

Ente Público Conveniado	Percentual Mínimo e Máximo de Concentração por Ente Público Conveniado
1º Entes Públicos Conveniados Federais	0,00% A 100%
2º Entes Públicos Conveniados Estaduais e do Distrito Federal	0,00% A 50,00%
3º Entes Públicos Conveniados Municipais	0,00% A 50,00%
4º INSS	0,00% A 15,00%

Conforme acima destacado, apenas para os fins de interpretação dos Limites de Concentração, o **Ente Público Conveniado INSS**, embora seja uma autarquia federal e tenha como Fonte Pagadora a União Federal, será considerado isoladamente como se fosse um Ente Público Conveniado diverso da União.

O **FUNDO** tem limite máximo de concentração para cada **Ente Público Conveniado** de 15% (quinze por cento) do seu patrimônio líquido. Adicionalmente, somente 4 (quatro) **Entes Públicos Conveniados** poderão simultaneamente estar neste limite, representando no conjunto não mais que 60% (sessenta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, sendo que os demais **Entes Públicos Conveniados** deverão respeitar o limite entre 5% (cinco por cento) e 7% (sete por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Complementarmente, a **GESTORA** buscará manter a carteira do **FUNDO** diversificada com direitos creditórios oriundos de mais de 10 (dez) entes federativos. Na hipótese de inobservância do percentual mencionado neste artigo, a **ADMINISTRADORA** deverá reequilibrar o **FUNDO** aos limites de concentração por **Ente Público Conveniado** previstos neste artigo, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da constatação do desequilíbrio.

O limite máximo de concentração por Sacado, ou seja, para cada um dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, é de 0,4% (quarenta centésimos por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

A política de concessão de crédito é desenvolvida pela área de crédito do **ORIGINADOR** e monitorada pela **ADMINISTRADORA**, e pode ser sintetizada da seguinte forma: os empréstimos podem ser concedidos para determinado **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** somente se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, tendo em vista que os convênios celebrados com os **Entes Públicos Conveniados** estabelecem percentuais máximos da remuneração que podem ser comprometidos com desconto em folha. A definição dos limites leva em consideração todos os valores que já são descontados dos vencimentos. Assim, os **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** devem apresentar documentos que comprovem, respectivamente, sua condição de **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento.

O **FUNDO** poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo. O **FUNDO** poderá também substituir Direitos Creditórios Adimplidos por outros de maior e melhor liquidez, a critério da **GESTORA**, desde que o valor do Direito Creditório que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito Creditórios. Em período de liquidação do **FUNDO**, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas.

Os Direitos Creditórios Inadimplidos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à **ADMINISTRADORA**, à **GESTORA**, ou a outros prestadores de serviços do **FUNDO**. A eventual substituição dos Direitos Creditórios **inadimplidos** pode apresentar resultado positivo ou negativo, dependendo se tais créditos foram alienados por valor superior ou não do valor de aquisição do ativo. Por outro lado, independentemente do resultado da alienação, a eventual alienação de um ativo, principalmente nos casos de eventuais créditos inadimplidos, ainda que vendidos com deságio, trará mais liquidez ao **FUNDO**. Em período de liquidação do **FUNDO**, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembléia Geral de Quotistas.

Excetuando-se as hipóteses de alienação e substituição dos Direitos Creditórios dispostas nos parágrafos acima, não haverá acréscimos ou remoções dos Direitos Creditórios adimplentes ou dos Direitos Creditórios Inadimplidos.

As operações de alienação dos Direitos Creditórios se darão a preços de mercado.

A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são feitos pelo **ORIGINADOR**, com o auxílio dos **Entes Públicos Conveniados** que mantêm com convênio com o **ORIGINADOR**, sob supervisão da **ADMINISTRADORA**, para que as parcelas dos empréstimos concedidos aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** sejam descontadas em folha de pagamento. As etapas da cobrança consistem em:

I - os **Entes Públicos Conveniados** descontam dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;

II - os valores descontados são repassados ao **ORIGINADOR** por meio do banco oficial do **Ente Público Conveniado**, ou de instituição conveniada com este;

III - o repasse mensal para o **ORIGINADOR** pode ser, conforme o **Ente Público Conveniado**, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;

IV - ao receber os valores, o **ORIGINADOR** os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos **Entes Públicos Conveniados**, informando quais **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes. Em geral, a inadimplência decorre de exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;

V - havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o **ORIGINADOR** questiona o **Ente Público Conveniado** e o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;

VI - apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VII - os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo **ORIGINADOR** são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados de tal recebimento.

Os Direitos Creditórios Inadimplidos serão objeto de cobrança pela **ADMINISTRADORA**, que contará com o *know how* do **ORIGINADOR** e observará os seguintes procedimentos:

I - se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente e eventual cobrança judicial da quantia devida;

II - se a causa da inadimplência é a morte do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**, busca-se cobrar do espólio, ou receber a indenização a ser paga pelo seguro, quando o crédito cedido ao **FUNDO** estiver garantido por seguro; e

III - se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS ELEGÍVEIS

Pela aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis identificados no Contrato de Cessão, o **FUNDO** pagará à vista ao **ORIGINADOR**, em moeda corrente nacional, na Data de Aquisição e Pagamento, o valor certo e ajustado, apurado da seguinte forma ("Preço de Aquisição"):

$$PA = VN / [(FatorDI) \times (FatorSpread)]^{Pm}$$

Onde:

PA: Preço de Aquisição

VN: Valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição

Fator DI: fator correspondente à Taxa DI, calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorDI = [(DI / 100) + 1]^{1/252}$$

Onde:

dif. = taxa de juros pré-fixada no período *N*, referenciada pela curva de futuros da BM&F, e expressa em base 252 dias úteis

N = número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 8 (oito) casas decimais, com aproximação, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorSpread = (Spread + 1)$$

Spread: 120% (cento e vinte por cento) do CDI. Todavia, o Spread poderá ser diferente do percentual referido anteriormente, em função das condições e taxas de mercado vigentes e praticadas na data de cada cessão para o **FUNDO**. Neste caso, o investidor poderá ter acesso ao Spread efetivamente praticado na data de cada cessão através do Serviço de Atendimento ao Cotista descrito neste Prospecto.

Pm = prazo médio do lote de Direitos Creditórios que está sendo ofertado pela Cedente ao Fundo, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Pm = \frac{\sum_{i=1}^n (NixVN_i)}{\sum_{i=1}^n (VN_i)}$$

Não obstante o disposto acima, fica desde logo ajustado que a taxa de desconto praticada deve assegurar:

a) que as quotas subordinadas do **FUNDO** devem representar, no mínimo, 20% do patrimônio líquido do **FUNDO**, e que as taxas de desconto praticadas na aquisição dos Direitos Creditórios devem proporcionar a manutenção deste percentual mínimo;

b) que qualquer diminuição na rentabilidade esperada para o patrimônio do **FUNDO** em razão de (i) marcação a mercado de títulos e/ou créditos anteriormente adquiridos por ele junto ao **ORIGINADOR**; (ii) inadimplência e/ou atraso no pagamento de títulos e/ou créditos anteriormente adquiridos por ele junto ao **ORIGINADOR**; (iii) qualquer outro fato ou evento que possa se traduzir em perda da rentabilidade mínima prevista pelo **FUNDO** quando da aquisição anterior de títulos e/ou créditos junto ao **ORIGINADOR**, seja devidamente compensada, nas cessões subseqüentes.

DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

As quotas do **FUNDO** serão valorizadas todo dia útil.

Para fins do disposto no inciso XIII, do artigo 24, da Instrução 356, os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação"; e

II - os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** que têm valor de mercado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, coobrigação e prazo; e

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

IV - Os direitos creditórios, por não terem mercado de negociação oficial, serão avaliados pelo custo de aquisição, com apropriação exponencial de rendimentos (correspondentes ao deságio), pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os outros ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.682, quais sejam a classificação dos Direitos Creditórios nos níveis de risco estabelecidos em Artigo 1º da referida Resolução, bem como a transferência e permanência de Direitos Creditórios Inadimplidos em conta de compensação, na forma de seu Artigo 7º. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subseqüente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do **FUNDO**, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Por outro lado, na hipótese de o **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no Regulamento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas cotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do **FUNDO**, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a **ADMINISTRADORA** obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do **FUNDO**, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, na seguinte ordem:

I - no pagamento dos custos correntes do **FUNDO**;

II - no pagamento das amortizações e/ou do resgate das quotas seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;

III - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional; e

IV - no pagamento das amortizações e/ou do resgate das quotas subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos submeter-se-ão às regras de provisão indicadas no COSIF, nos termos do Artigo 1º da Resolução CMN nº 2682.

A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos Creditórios do mesmo Sacado (“efeito vagão”).

Nos termos do Artigo 7º da Resolução CMN nº 2682, as perdas decorrentes do inadimplemento dos direitos creditórios vencidos e não pagos são reconhecidas e contabilizadas no **FUNDO** após 360 (trezentos e sessenta) dias contados do vencimento do respectivo direito creditório.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **GESTORA** mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Quotista.

Os recursos que constam da carteira do **FUNDO** e os Quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (iv) **Risco de Exposição do Patrimônio Líquido do FUNDO em Derivativos e em Operações Compromissadas:** Nos termos do artigo 17 e nos termos do artigo 20 do Regulamento, o **FUNDO** pode aplicar até 49% de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente para proteção de posições à vista e em operações compromissadas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza tais operações exclusivamente para proteção, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Outrossim, a realização de operações compromissadas pode, em cenários extremos, acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, para os quotistas. **ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.**
- (v)

- (vi) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (vii) **Risco de Concentração:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Sacado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.
- (viii) **Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pelo **ORIGINADOR**. A aquisição de Direitos Creditórios originados exclusivamente pelo **ORIGINADOR** pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo **ORIGINADOR** aos Sacados e da capacidade deste originar Direitos Creditórios Elegíveis.
- (ix) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 45 do Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (x) **Riscos Associados aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo **Ente Conveniado** dos vencimentos do **Servidor Público** e das aposentadorias e pensões dos **Aposentados e Pensionistas**. Assim, caso o **Servidor Público** se desligue do cargo ou função, tal desconto poderá ser dificultado, tendo em vista a existência de um limite máximo de desconto estabelecido para estas hipóteses. Ademais, a capacidade de pagamento do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, estes forem obrigados a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento, ou, também por força de decisão judicial, de qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Ainda, a morte do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contraído, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**;
- (xi) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Fica registrado ainda que existe a possibilidade de falta de pagamento dos montantes referentes aos créditos que compõem a carteira do **FUNDO** em virtude da não ocorrência do repasse pelo **Ente Conveniado** ou pela instituição conveniada com os mesmos. Não há, contudo, garantias de que, em qualquer dessas hipóteses anteriores, referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xii) **Risco dos Entes Públicos Conveniados:** Os empréstimos contraídos pelos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo **Ente Conveniado** a que o **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou o não pagamento dos vencimentos dos **Servidores Públicos**, bem como o não pagamento das aposentadorias e pensões dos **Aposentados e Pensionistas**. É possível também a ocorrência de atrasos ou o não repasse do montante desses vencimentos, aposentadorias e pensões por parte do **Ente Conveniado** ou da instituição com conveniada com o **Ente Conveniado** para esse fim. Nestas hipóteses, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.
- (xiii) **Risco de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao credor dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do **Ente Conveniado**, ou de instituição conveniada com o **Ente Conveniado** para esse fim, não tendo a **ADMINISTRADORA** controle sobre tais processamentos. Assim, qualquer falha ou alteração nestes sistemas pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas** ou o seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a

rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.

- (xiv) **Risco de Sobrecarga do Sistema do INSS:** Empréstimos a **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** do INSS é uma modalidade nova de empréstimos com Consignação em Folha de Pagamento. O número desses empréstimos vem aumentando significativamente. Por tais motivos, e pelo fato de que o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao credor dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do próprio INSS, também não tem a **ADMINISTRADORA** controle sobre tal processamento. Assim, em razão do crescente aumento do número desses empréstimos com descontos em folha, do fato de que se trata de uma modalidade nova de empréstimos consignados, qualquer falha, alteração, ou defeito ainda não acusado no sistema do INSS pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, ou o seu repasse ao **FUNDO**. Hipótese em que também a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xv) **Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** Os empréstimos contraídos pelos Sacados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Sacado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Sacados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.
- (xvi) **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** é viabilizado por convênios celebrados entre o **ORIGINADOR** e os **Entes Públicos Conveniados**, dentre os quais o **INSS**. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.
- (xvii) **Risco de Suspensão e de Invalidação do Fluxo de Cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO:** Há o risco de que os Ministérios da Previdência Social, da Fazenda e da Justiça determinem a suspensão da contratação, por telefone, de empréstimos consignados para **Aposentados e Pensionistas** do INSS. Há, ainda, o risco de que decisões judiciais e/ou administrativas tornem, por qualquer motivo, ineficazes as contratações, com os **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, dos Direitos Creditórios já cedidos ao **FUNDO**, prejudicando as cessões de créditos já realizadas. Há, também, o risco de que decisões judiciais e/ou administrativas proíbam a contratação de novos Direitos Creditórios junto aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**. Em todas essas hipóteses há, por fim, o risco de que o **ORIGINADOR** não disponha de novos Direitos Creditórios em volume suficiente para dar prosseguimento às metas do **FUNDO**.
- (xviii) **Risco de Cobrança Bancária:** O **ORIGINADOR** é também o agente cobrador dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** e os recursos transitam por uma conta de titularidade do **ORIGINADOR** no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao **CUSTODIANTE**, para sua consequente compensação. Caso o **ORIGINADOR** sofra qualquer processo de intervenção, liquidação, falência ou evento assemelhado, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, consequentemente, resultar em perda ao **FUNDO**, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, que pode levar a uma redução no valor das quotas seniores.
- (xix) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado. Assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xx) **Risco de Resgate das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessas hipóteses, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios;

- (xxi) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento das amortizações e/ou dos resgates, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xxii) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. O **ORIGINADOR** será responsável pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiéis depositários dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso o **ORIGINADOR** tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE**, à **GESTORA** e à **ADMINISTRADORA** ou a terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, e independentemente da responsabilidade atribuída ao **ORIGINADOR**, a eventual guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.
- (xxiii) **Ausência de Notificação aos Sacados:** A cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO** poderá não ser notificada previamente aos Sacados. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do **ORIGINADOR** dos créditos recebidos pelos Sacados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Sacados, os Direitos de Crédito relativos aos Sacados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.
- (xxiv) **Risco de Descontinuidade:** A consecução do *benchmark* de remuneração das cotas seniores dependerá da regular e contínua performance dos direitos e obrigações inerentes aos Direitos Creditórios. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração até então proporcionada, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pela **GESTORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- (xxv) **Risco de Descontinuidade do FUNDO em Razão da Indisponibilidade de Direitos de Crédito Elegíveis:** A política de investimento do **FUNDO** estabelece que o **FUNDO** deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do **FUNDO** pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte de Cotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no **FUNDO**, em função da continuidade das operações regulares do **ORIGINADOR** e da capacidade deste de originar Direitos Creditórios para aquisição pelo **FUNDO**.
- (xxvi) **Risco de Descontinuidade do Processo de Substituição dos Direitos Creditórios:** O **FUNDO** poderá também substituir Direitos Creditórios por outros de maior e melhor liquidez, a critério da **GESTORA**, desde que o valor do Direito Creditório que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito Creditório. Todavia, no decorrer do prazo de duração do **FUNDO**, a **GESTORA** poderá não encontrar Direitos Creditórios que se enquadrem nos critérios de substituição indicados ou que não se enquadrem na política de investimentos do **FUNDO**. Desta forma, os Direitos Creditórios originalmente cedidos não poderão ser substituídos por outros de maior ou melhor liquidez, o que eventualmente pode afetar o desempenho do **FUNDO**.
- (xxvii) **Risco de verificação dos Direitos Creditórios por Amostragem:** Considerando que o **CUSTODIANTE** realizará a verificação trimestral da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por amostragem, há risco de a metodologia utilizada pelo **CUSTODIANTE** apresentar resultados em discordância com a realidade, tendo em vista a falibilidade do método, podendo ocorrer eventuais distorções entre os resultados apresentados pela verificação por amostragem e os efetivamente obtidos.
- (xxviii) **Risco de Questionamento Judicial:** Os Direitos Creditórios podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Documentos Representativos de Crédito; (ii) às taxas aplicadas e (iii) à forma de cobrança dos empréstimo concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Direitos Creditórios poderão ser modificados ou cancelados em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.
- (xxix) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou,

ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.

- (xxx) **Risco de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios:** Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do **FUNDO** podem ser objeto de pré-pagamento. Assim, na hipótese de ocorrer o pré-pagamento dos Direitos Creditórios, podendo reduzir a rentabilidade dos Direitos Creditórios e, desta forma, afetar o horizonte de rentabilidade esperado pelo **FUNDO**.
- (xxxi) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

As aplicações no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Além disso, o **FUNDO** poderá realizar aplicações que coloquem em risco parte ou a totalidade de seu patrimônio. Essas aplicações poderão consistir, dentre outras, na aquisição de Direitos Creditórios ou ativos financeiros que poderão ter rentabilidade inferior à esperada pela **ADMINISTRADORA**.

EMIÇÃO, NEGOCIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão (i) em subclasses para ambas as classes, e (ii) em séries para as quotas subordinadas. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores de uma mesma série e subordinadas serão idênticos.

As quotas seniores do **FUNDO** são avaliadas por empresa classificadora de risco (de *rating*) especializada. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos: I - comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e II - envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

A integralização, a amortização e o resgate de quotas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, ordem de pagamento, documento de ordem de crédito, CETIP, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo, no Parágrafo 2º do artigo 56, e no inciso I do Parágrafo 4º do artigo 56, ambos do Regulamento. Nestas datas as quotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas.

As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Direitos Creditórios.

As amortizações das quotas subordinadas devem obedecer ao cronograma disposto no caput do artigo 46 do Regulamento, ficando a decisão de amortizá-las, a critério da **ADMINISTRADORA**.

Na emissão de quotas seniores do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Na emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de fechamento da quota de mesma classe em vigor no mesmo dia útil ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - número e classe de quotas subscritas; e III - preço e condições para sua integralização.

As quotas subordinadas serão subscritas somente pelo **BANCO CRUZEIRO DO SUL**.

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

No resgate será utilizado o valor da quota em vigor no dia do pagamento respectivo.

Independentemente do número de eventuais novas séries de quotas seniores que o **FUNDO** venha a ter, as quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as quotas seniores.

Excetua-se do disposto no parágrafo supra a hipótese de amortização de quotas subordinadas para o reequilíbrio previsto no artigo 41 do Regulamento.

As quotas do **FUNDO** poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

As quotas do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

As quotas serão registradas, para custódia e negociação, nos mercados primário e secundário, na CETIP.

A amortização das quotas do **FUNDO** poderá ocorrer antes do prazo previsto no artigo 46 do Regulamento na ocorrência das seguintes hipóteses:

I - impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios; e

II - na hipótese da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** ser superior a 90% (noventa por cento), ou seja, na hipótese do somatório dos valores das quotas subordinadas representar percentual igual ou menor que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

A antecipação do início da amortização de quotas do **FUNDO** será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Na hipótese de as quotas subordinadas representarem mais de 21% (vinte e um por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: I - a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização; e II - as quotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados.

PATRIMÔNIO INICIAL E RAZÃO DE GARANTIA

A 1ª série de quotas seniores do **FUNDO**, representativa do patrimônio inicial, será composta por até 15.000 (quinze mil) quotas seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), respeitando-se o previsto no artigo 44 do Regulamento.

A 1ª série de quotas seniores, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 116% (cento e dezesseis por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE**, ou da **GESTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

A primeira série de quotas terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data publicada primeira integralização das quotas seniores da primeira série.

Na subscrição de quotas seniores representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição. Na subscrição de quotas subordinadas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de fechamento da quota de mesma classe em vigor no mesmo dia útil ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

O preço de subscrição das quotas seniores poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Em razão do disposto no parágrafo único, do artigo 44 do Regulamento, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro.

A partir do 18º (décimo oitavo) mês, contado da data de início das atividades do **FUNDO**, tanto as quotas seniores como as subordinadas do **FUNDO** terão seus valores amortizados trimestralmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

21º mês	24º mês	27º mês	30º mês	33º mês	36º mês
1/6	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

O pagamento das amortizações e do resgate mencionado no artigo 47 do Regulamento corresponderá ao pagamento proporcional de principal e juros e deverá ser feito no último dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. A amortização de quotas subordinadas prevista neste parágrafo, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as quotas seniores.

O resgate das quotas seniores e subordinadas se dará no 36º (trigésimo sexto) mês, conforme demonstrado na Tabela do artigo 46 do Regulamento.

As quotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo estabelecido na Instrução 356.

Na subscrição de quotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da quota de mesma classe em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Será admitida a integralização de quotas subordinadas do **FUNDO**, com Direitos Creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela **ADMINISTRADORA**, bem como no anúncio de início de distribuição de quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 3.000 (três mil) quotas seniores, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, definida no caput do artigo 44 do Regulamento.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, e enquanto existirem quotas seniores em circulação, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 80% (oitenta por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 20% (vinte por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do site da **GESTORA** (www.verax.com.br).

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado acima, com quotas subordinadas representando, por mais de 30 (trinta) dias corridos, menos que 19% (dezenove por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao **ORIGINADOR**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará o fato e solicitará ao **ORIGINADOR** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação; e
- b) informará ao **ORIGINADOR** o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado acima.

II - O **BANCO CRUZEIRO DO SUL** deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no item I acima, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada acima.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do item II acima, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte do **BANCO CRUZEIRO DO SUL**, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembleia Geral de quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o Regulamento do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

A convocação da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso IV, do artigo 4º do Regulamento, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Para efeito do disposto acima, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos II a V, do artigo 24 do Regulamento, bem como as deliberações tomadas nas assembleias de que tratam o parágrafo 3º do artigo 56 e o parágrafo único do artigo 57 do Regulamento, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Excetua-se do disposto neste artigo a hipótese de prorrogação do prazo do **FUNDO**, que sempre dependerá da aprovação de 2/3 (dois terços) da totalidade das quotas emitidas.

Têm qualidade para comparecer à Assembléia Geral, além dos quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados, bem como os quotistas detentores de quotas subordinadas.

As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida acima deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos: I - lista de quotistas presentes na Assembléia Geral; II - cópia da ata da assembléia geral; e III - exemplar do Regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas (os “Eventos de Avaliação”), caberá à **ADMINISTRADORA**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstos no Capítulo II do Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;

III - aquisição reiterada, pela **ADMINISTRADORA**, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VI do Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

IV - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer série das quotas seniores;

V - caso o **FUNDO** deixe de atender ao percentual mínimo de quotas subordinadas por um prazo superior a 30 (trinta) dias; e

VI - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 3º do artigo 2º do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 10 (dez) dias, uma assembléia geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO** por ocasião do término do seu prazo de duração, as quotas seniores deverão ser resgatadas, observando-se as disposições do Capítulo IX do Regulamento.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO** por ocasião do término do seu prazo de duração, as quotas subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios.

Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações (os “Eventos de Liquidação”):

I - se o patamar mínimo de distribuição de quotas do **FUNDO** descrito no Regulamento não for atingido no prazo ali mencionado;

II - por deliberação de Assembléia Geral de quotistas, na hipótese prevista no artigo 44, parágrafo único, inciso III, alínea “c”, e artigo 8º, inciso II, alínea “b”, ambos do Regulamento; e

III - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos, excetuado o período final das amortizações de séries.

IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;

V - se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

VI - rescisão do convênio com os entes da administração pública ou a impossibilidade de operacionalização da consignação do crédito em folha;

VII - rebaixamento da classificação de risco das quotas seniores para nível especulativo, assim entendido o rebaixamento da referida classificação de risco para um nível considerado "*speculative grade*", ou seja, qualquer nível de classificação abaixo de "BBB-" ou "Baa3", de acordo com o critério de classificação adotado pela agência de classificação de risco das quotas seniores do **FUNDO**.

Nas hipóteses do inciso II supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, e ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos abaixo. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 10 (dez) dias, uma assembléia geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem, sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 46 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em Direitos Creditórios, nos termos do parágrafo 2º do artigo 56 do Regulamento, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no Regulamento, desde que assim deliberado em assembléia geral convocada para este fim, e;

II - que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores, em primeiro lugar, e subseqüentemente, após pagas todas as quotas seniores, das quotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na assembléia geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

Na ocorrência de liquidação antecipada do **FUNDO**, as quotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, as disposições desta Seção.

Na hipótese de a Assembléia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das cotas, os Direitos Creditórios e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos quotistas seniores, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista sênior será calculada de acordo com a proporção de quotas seniores detida por cada titular sobre o valor total das quotas seniores existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA**, a **GESTORA** e o **CUSTODIANTE** estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os quotistas seniores, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e ativos financeiros a que cada quotista sênior fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE** perante os quotistas seniores após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das quotas seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores existentes.

Na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**, e após o resgate da totalidade das quotas seniores nos termos acima, as quotas subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios.

TAXAS

Pelos serviços de administração e distribuição do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** fará jus ao recebimento de taxa de administração equivalente ao percentual de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidentes sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

Pelos serviços de gestão da carteira do **FUNDO**, A **GESTORA** receberá fará jus ao recebimento de uma remuneração equivalente ao percentual de 0,85% a.a. (zero vírgula oitenta e cinco por cento ao ano), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

A remuneração da **ADMINISTRADORA** e da **GESTORA** é calculada e apropriada por Dia Útil e deverá ser paga mensalmente até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido.

O **CUSTODIANTE** receberá pelos serviços de custódia do **FUNDO** uma remuneração de variável, conforme tabela abaixo, cujo percentual será aplicado sobre o valor total dos ativos custodiados e o cálculo da taxa de custódia será diário e com pagamento até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao mês da prestação dos serviços:

PL DO FUNDO	% AO ANO
(a) R\$ 100.000.000,00	0,025%
(b) Acima do valor (a) até R\$ 200.000.000,00	0,020%
Acima do valor (c)	0,015%

A remuneração do **CUSTODIANTE** será provisionada mensalmente e paga diretamente pelo **FUNDO** até o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês.

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

O **FUNDO** não possui taxa de performance e/ou de saída.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

IOF - Câmbio: As liquidações de operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior, inclusive por meio de operações simultâneas, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação nos mercados financeiro e de capitais são tributadas à alíquota de 0% (zero por cento), nos termos do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, alterado pelo Decreto nº 6.613, de 22 de outubro de 2008.

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

No caso de amortização de quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da carteira.

ALIENAÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO A TERCEIROS

Na hipótese de alienação de quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, o ganho líquido (diferença positiva entre o preço de venda e o respectivo custo de aquisição) auferido está sujeito ao imposto de renda, à alíquota de 15%. Neste caso, o imposto de renda será apurado e pago pelo próprio Quotista. No caso de pessoa física, a tributação é definitiva, não sendo tais ganhos incluídos no cômputo do imposto de renda sobre rendimentos sujeitos ao ajuste anual. No caso de pessoa jurídica, a tributação será antecipação do imposto de renda devido ao final do ano. Não obstante, no caso de pessoa jurídica isenta de imposto de renda, o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos mensais será considerado definitivo, tal como ocorre com as pessoas físicas.

Adicionalmente, ao alienar quotas do **FUNDO** em bolsa de valores, haverá a incidência de IR-Fonte à alíquota de 0,005%, calculado sobre o valor de alienação (dispensada a retenção do IR-Fonte cujo valor seja igual ou inferior a R\$1,00), neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediária que receber a ordem de alienação do Quotista do **FUNDO**.

O valor do IR-Fonte referido no parágrafo anterior poderá ser: (i) deduzido do imposto de renda sobre ganhos líquidos apurados no mês; (ii) compensado com o imposto de renda incidente sobre ganhos líquidos apurados nos meses subseqüentes; (iii) compensado na declaração de ajuste anual (se pessoa física) caso, após a dedução de que tratam os itens (i) e (ii), houver saldo de IR-Fonte retido; e (iv) compensado com o imposto de renda devido sobre o ganho de capital na alienação das quotas.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração e distribuição das quotas do **FUNDO** serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

A distribuição de quotas do **FUNDO** será liderada e realizada, em regime de melhores esforços, pela **ADMINISTRADORA**, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para distribuir quotas do **FUNDO**.

As atividades de gestão da carteira do **FUNDO** serão exercidas pela **GESTORA**.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

I - registrar o documento de constituição do **FUNDO** e o Regulamento e seu(s) anexos, bem como futuras versões dos mesmos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

II - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do auditor independente;

III - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

IV - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

V - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

VI - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VII – fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VIII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

IX - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das quotas seniores; e

X - em conformidade com contrato celebrado com o **CUSTODIANTE**, efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, podendo atribuir ao **ORIGINADOR** (conforme definido abaixo) a responsabilidade pelo depósito dos mesmos, ficando este depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios, sem se eximir o **CUSTODIANTE** das responsabilidades a ele atribuídas no Regulamento.

A divulgação das informações prevista no item V acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada no Jornal da Manhã observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução CVM 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembléias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II – utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III – efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os itens I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do supra disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do BACEN e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de Direitos Creditórios;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos Quotistas;

IX – fazer, em documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

No caso de: i) intervenção; ii) liquidação extrajudicial, ou iii) decretação, pelo Banco Central do Brasil, de Regime de Administração Especial Temporária, na forma do decreto-lei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, tanto nas hipóteses mencionadas no artigo 1º do referido decreto-lei quanto naquelas de que trata o artigo 4º da lei 9.447, de 14 de março de 1997, da **ADMINISTRADORA** ou do **ORIGINADOR**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua decretação para:

I - nomeação de Representante de quotistas, e;

II - deliberação acerca de:

- a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO** e/ou Agente Cobrador, ou;
- b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 ("Instrução 356") e a escrituração das quotas serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;

II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII - observar para que somente as ordens emitidas pela **ADMINISTRADORA** e/ou pela **GESTORA**, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

Conforme faculta o artigo 38, parágrafo 1º, da Instrução 356, o **CUSTODIANTE** analisará a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, parâmetros em relação à diversificação de clientes, utilizando-se a proporcionalidade, quantidade e valor médio dos Direitos Creditórios, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e erro tolerável aceitáveis de 10% (dez por cento).

Parágrafo 5º: Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral

SUBSTITUIÇÃO DOS DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇO DO FUNDO

A ADMINISTRADORA poderá substituir, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, independentemente de aprovação da Assembléia Geral de Quotistas, o Auditor Independente, o Custodiante, a Gestora e a Agência Classificadora de Risco mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano e se encerrará no mês janeiro de cada ano.

Enquanto a CVM não editar as normas referidas acima, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil..

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I – de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II – de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos Direitos Creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações previstas acima deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado neste Prospecto ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os Quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

Em caso de substituição do periódico, os Quotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I – o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II – a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III – o comportamento da carteira de Direitos Creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

- I – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;
- II – despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento do **FUNDO** ou na regulamentação pertinente;
- III – despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos condôminos;
- IV – honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;
- V – emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;
- VI – honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- VII – quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de assembléia geral de condôminos;
- VIII – taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;
- IX – a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** venha a ter suas cotas admitidas à negociação; e
- X – despesas com a contratação de agência classificadora de risco.
- XI – despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução 356.

As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

PERIÓDICO DESTINADO ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Jornal da Manhã.

BREVE HISTÓRICO DO BANCO CRUZEIRO DO SUL

Em 1993, com a aquisição do controle acionário pela família Indio da Costa, o Banco Cruzeiro do Sul se tornou um dos pioneiros e líderes no segmento de Crédito Consignado com Desconto em Folha de Pagamento destinado a Servidores Públicos Federais, Estaduais e Municipais e, a partir do ano de 2004, a Aposentados e Pensionistas do INSS.

Hoje, o Banco Cruzeiro do Sul é empresa líder de conglomerado financeiro composto por banco múltiplo, corretora de valores e mercadorias, distribuidora de títulos e valores mobiliários, financeira, seguradora, securitizadora e gestora de recursos de clientes especiais.

Com sede na cidade de São Paulo/SP, agências nas cidades do Rio de Janeiro/RJ, Campinas/SP, Palmas/TO, Recife/PE e Salvador/BA e correspondentes distribuídos por todo o território nacional, administra carteira com milhares de clientes.

O Banco Cruzeiro do Sul dispõe de cartões de crédito bandeira VISA com abrangências nacional e internacional. Em ativos, além do crédito consignado, atua também no segmento de *middle market*, mediante empréstimos a pessoas jurídicas com garantia de recebíveis.

Seu *funding* é formado principalmente por recursos originários de CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), recursos captados no exterior com vencimentos de longo prazo, fundos de direitos creditórios e cessão de créditos a grandes instituições financeiras.

No mercado de capitais, atua com a Cruzeiro do Sul S.A. Corretora de Valores e Mercadorias, que recebeu recentemente as certificações Retail Broker (clientes corporativos e pessoas físicas) e Web Broker (serviços via Internet), padrão mundial de excelência na prestação de serviços, concedidos pela BM&F.

Em junho de 2007, ao abrir o capital e ter suas ações negociadas na BOVESPA, o Banco Cruzeiro do Sul deu um grande passo rumo a um crescimento ainda maior e sua consolidação definitiva no cenário econômico nacional.

Informações mais detalhadas estão disponíveis no site www.bcsul.com.br.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA – CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Trata-se de distribuidora de títulos e valores mobiliários constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Atualmente, seu capital social é de R\$ 15.276.899,71. Seu quadro acionário é composto pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. e Luis Felipe Índio da Costa.

A Cruzeiro do Sul S.A. DTVM é autorizada pela CVM a administrar carteiras de títulos e valores mobiliários pelo Ato Declaratório CVM nº 8.282, de 12 de abril de 2005.

Além de administrar fundos de investimento em direitos creditórios, a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM administra fundo de investimento e fundo de investimento em quotas de fundo de investimento, totalizando aproximadamente R\$ 4,8 bilhões em patrimônio administrado.

Portanto, desde 2005 a Cruzeiro do Sul S.A. DTVM está focada na prestação de serviços de administração fiduciária de recursos de terceiros. Para tanto, sua estrutura foi desenvolvida seguindo todos os critérios de segregação física e estratégica (*Chinese wall*) do Banco Cruzeiro do Sul S.A., ao qual é coligada, atendendo, assim, às exigências das autoridades competentes – BACEN e CVM.

GESTORA – BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.

A BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda, é uma empresa de gestão e administração de títulos e valores mobiliários nos termos da Instrução CVM nº. 306 de 05.05.1999, conforme Ato Declaratório CVM nº 7.509, de 24 de novembro de 2003. Seu principal foco de atuação está no aconselhamento e orientação financeira para investidores Pessoas Física e Jurídica através dos métodos de “asset allocation”.

Empresa independente de gestão de recursos de terceiros, tem como maior objetivo a não incidência de conflito de interesse na seleção dos produtos de investimento que aloca a seus clientes, neste sentido atua com 15 diferentes instituições gestoras a fim de diversificar ao máximo as aplicações de seus clientes.

A gestão da empresa esta sob as responsabilidades dos sócios diretores Marcelo Xandó Baptista e Márcio Serra Dreher profissionais oriundos das áreas de investimento e gestão de grandes instituições financeiras brasileiras e internacionais, onde adquiriram por mais de 8 anos a experiência de alocação de recursos para clientes de alto poder aquisitivo. A BCSul Verax conta ainda com a participação societária de Luis Felipe e Luis Octavio Índio da Costa que agregam à estrutura credibilidade e experiência refletida em mais de 40 anos de atuação no mercado financeiro brasileiro.

Possui uma estrutura operacional extremamente enxuta, composta por profissionais de alto nível técnico divididos em 3 equipes: comercial, responsável pela prospecção de clientes e atendimento a investidores; gestão, responsável pela análise, seleção e acompanhamento dos produtos de terceiros para composição das carteiras dos clientes da BCSul Verax e operacional, que atua na elaboração de relatórios de performance e no atendimento ao quotista.

A partir de novembro de 2003, a BCSul Verax passou a dedicar-se também a estruturação e análise de operações de securitização de ativos de crédito utilizando-se das ferramentas como FIDCs - Fundos de Investimentos de Direitos Creditórios, CCBs - Cédulas de Crédito Bancário, CRIs - Certificado de Recebíveis Imobiliários, entre outras.

Tem atualmente sob sua gestão ativos de R\$ 5,5 bilhões.

CUSTODIANTE – DEUTSCHE BANK S.A.

O Deutsche Bank vem prestando os serviços de custódia desde 1870 através de suas centrais estabelecidas em Nova York, Cingapura, Londres e Frankfurt sendo considerados atualmente um dos maiores custodiantes no mundo.

No Brasil, o Deutsche Bank atua desde agosto de 1911, através do "Deutsche Ueberseeische Bank" (neste mês houve a abertura de uma filial no Rio de Janeiro, sob o nome de Banco Alemão Transatlântico). Em 1930 o Deutsche Bank expandiu seus negócios no Brasil com a fusão do "Disconto -Gesellschaft AG". No decorrer da 2ª guerra, entretanto o Banco teve suspensa suas operações retornando a atuar no mercado financeiro brasileiro em 1968 quando da recuperação de sua carta patente.

Desde 18 de março de 1994, o Deutsche Bank atua como subsidiária independente no Brasil, sob o nome de Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão que pertence inteiramente ao Deutsche Bank AG, Frankfurt. No início de outubro de 1994, o Deutsche Bank S.A. -Banco Alemão, recebeu do Banco Central do Brasil, licença de banco múltiplo, podendo atuar nos mais diversos segmentos do mercado financeiro brasileiro.

No Mundo o Deutsche Bank oferece seus serviços em 76 países e é uma das maiores instituições financeiras do mundo possuindo excelente reputação, o que se reflete nas excelentes avaliações concedidas pelas empresas de rating internacional tais como Standart & Poor's, Moody's e Fitch Ratings, conforme abaixo discriminado:

Ratings of Deutsche Bank	Short term rating	Long term rating
Standard & Poor's	A-1+	AA
Moody's Investors Services	P-1	Aa1
Fitch Ratings	F1+	AA-

O Serviço de Custódia é um dos focos de atuação do Deutsche Bank, com posição de destaque no cenário mundial. No Brasil, o Banco é uma instituição credenciada pela CVM para a prestação de serviços de custódia de títulos escriturais (dentre outros, Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e de Renda Variável). O início dessa atividade data de 1994.

Inicialmente oferecendo os serviços para investidores estrangeiros, a partir de 1996 passou a atender administradores locais de recursos e investidores institucionais tais como fundos de previdência e, a partir de 2003 iniciou a prestação de serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas para fundos de investimento em direitos creditórios.

AGÊNCIA DE RATING – AUSTIN RATING

A Austin Rating é uma agência classificadora de risco de crédito de origem brasileira. Foi a primeira empresa nacional a conceder *ratings* no Brasil. Além do pioneirismo na classificação de risco de crédito, a empresa se caracteriza pelo desenvolvimento de metodologia própria, a qual adapta padrões internacionais ao mercado financeiro nacional e suas particularidades.

A credibilidade da Austin Rating junto ao mercado foi construída ao longo dos seus 20 anos de atuação no Brasil. Nesse período, a agência teve a oportunidade de acompanhar os momentos decisivos da economia nacional e internacional e de suas implicações sobre empresas nacionais e, principalmente, instituições financeiras, destacando-se pela segurança e pela independência de suas opiniões. Hoje, a Austin é a empresa mais solicitada pela mídia quando o assunto é bancos e mercado financeiro.

A manutenção da profunda confiança adquirida exige que a Austin Rating esteja permanentemente realizando investimentos na formação e atualização de seus profissionais, os quais ocorrem sob a forma de cursos nas escolas de economia e finanças, palestras e eventos promovidos pelo mercado financeiro e intercâmbio de conhecimento com estudantes e profissionais de universidades nacionais e estrangeiras. A soma dos investimentos se reproduz em uma equipe de analistas altamente qualificada, a qual garante uma qualidade cada vez maior no processo analítico e das opiniões concedidas pela agência.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

Como a KPMG é uma empresa com foco no mercado e busca permanentemente oferecer serviços de real valor agregado aos seus clientes, desenvolveu uma estrutura interna de negócios dividida por Segmentos de Indústria.

A empresa foi formada no Brasil em 1º de julho de 1987, a KPMG é a abreviação dos nomes de seus principais fundadores, nasceu da fusão de três empresas com tradição na comunidade de negócios: a *Peat Marwick & Mitchell*, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International (PMI), com atuação desde 1915; a *Klynveld Main Goerdeler*, presente no País desde 1982; e a Roberto Dreyfuss, firma brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG opera no Brasil como KPMG Auditores Independentes com mais de 1.000 profissionais, por meio de uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas seguintes cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – BARCELLOS TUCUNDUVA ADVOGADOS

Barcellos Tucunduva Advogados, com sede na Alameda Itu, 852, 9º e 10º andares, Cerqueira Cesar, São Paulo/SP.

Escritório de advocacia fundado em 1954, que há mais de meio século prima pela excelência na prestação de serviços legais nas mais diversas áreas do Direito Empresarial. Conta com profissionais com vasta experiência em Direito Bancário e em Direito dos Mercados Financeiro e de Capitais. Fazem parte de sua carteira de clientes nacionais e internacionais inúmeras instituições financeiras e assemelhadas, bem como outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento.

Além de sua sede em São Paulo/SP, o escritório possui correspondentes nas principais capitais do Brasil (Belo Horizonte, Brasília, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Salvador). Parcerias com escritórios no exterior possibilitam assessoria jurídica a seus clientes em âmbito internacional (África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Canadá, China, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, Inglaterra, Itália, México, Nova Zelândia e Portugal).

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO** – representado por sua **ADMINISTRADORA** – com o **ORIGINADOR**, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos mesmos, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionados, bem como reajustes monetários, juros e encargos, sem co-obrigação e/ou qualquer direito de regresso contra o **ORIGINADOR**.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA** – por conta e ordem do **FUNDO** – e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e ativos financeiros integrantes da carteira do **FUNDO**, bem como sua supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA DE PROTOCOLO NA CVM: 29/09/2008

DATA DE APROVAÇÃO DO FUNCIONAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS PELA CVM: 06/10/2008

DATA DE PUBLICAÇÃO DO INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO E EFETIVO INÍCIO DE DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS DO FUNDO: 13/10/2008

SUSPENSÃO, CANCELAMENTO E PRORROGAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO:

A CVM poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, a oferta de distribuição que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM nº 400/03 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A CVM deverá proceder à suspensão da oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão da oferta não poderá ser superior a 30 (trinta) dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada.

Findo o prazo acima referido sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da oferta e cancelar o respectivo registro. Ainda, a rescisão do contrato de distribuição importará no cancelamento do registro.

A **ADMINISTRADORA** do **FUNDO** deverá dar conhecimento da suspensão ou do cancelamento aos investidores que já tenham aceitado a oferta, facultando-lhes, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º (quinto) dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação.

Terão direito à restituição integral dos valores, bens ou direitos dados em contrapartida aos valores mobiliários ofertados, na forma e condições do presente Prospecto: (i) todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento; e (ii) os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do **FUNDO** e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do **FUNDO**.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de quotas do **FUNDO** será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Jornal da Manhã.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no **FUNDO**, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no **FUNDO**, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

DIREITOS CREDITÓRIOS

CARACTERÍSTICAS RELEVANTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios são oriundos de Contratos de Empréstimos, celebrados entre o **ORIGINADOR** e os Sacados.

- ✓ Período sob Análise: **abril 2005 a abril 208 (37 meses)**
- ✓ Somatório do Valor das Parcelas -**R\$ 8.685.838 mil**
- ✓ Somatório do Valor Liberado -**R\$ 5.129.659 mil**
- ✓ Média Mensal de Originação (Valor Futuro) -**R\$ 234.752 mil**
- ✓ Média Mensal de Originação (Valor Liberado) -**R\$ 138.639mil**
- ✓ Quantidade de contratos – **1.131.867**
- ✓ Média de Contratos Originados (mês) - **30.591**
- ✓ Ticket médio do Somatório do Valor das Parcelas -**R\$ 7.674**
- ✓ Ticket médio do Somatório do Valor Liberado -**R\$ 4.532**
- ✓ Prazo Médio das Operações -**58 parcelas**
- ✓ Valor médio das parcelas (Valor Futuro) -**R\$ 207**
- ✓ Taxa Média dos Juros da Carteira – **14,08%**
- ✓ Regime dos Juros: **Compostos**

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLENTOS, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO

As informações estatísticas sobre inadimplimentos, perdas ou pré-pagamento dos Direitos de Créditos, compreendendo um período de 03 (três) anos imediatamente anteriores à data de oferta, acompanhadas de exposição da metodologia utilizada para efeito desse cálculo estão descritas e delineadas no Anexo IV ao presente Prospecto.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

1) Percentagem em relação ao valor total de quotas estimado:	0,08%
2) Comissão de Coordenação:	Não há
3) Comissão de Colocação:	Não há
4) Comissão de Garantia de Subscrição:	Não há

5) Outras Comissões (especificar):	Não há
6) Custo Unitário de Distribuição (em relação ao número total de quotas estimado):	R\$ 8,14
7) Despesas decorrentes dos Registros:	
a) Registro CRTD:	R\$ 434,30
b) Registro CVM:	R\$ 82.870,00
8) Outros custos relacionados: Publicação do Anúncio de Início de Distribuição	R\$ 1.800,00
a) Estruturação	Não há
b) Assessoria Legal	R\$ 12.000,00
c) Classificação de risco	R\$ 25.000,00
TOTAL:	R\$ 122.104,30

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no **FUNDO**, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e o Prospecto do **FUNDO**. O histórico da performance do **FUNDO** poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Quotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Quotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o **FUNDO**, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do **FUNDO**, bem como receber críticas e sugestões.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora

Cruzeiro do Sul S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3861-4100 / Fax: (11) 3044-0944
WWW.BCSUL.COM.BR

Gestora

BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda.
Rua Funchal, nº 418, 8º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3848-2717 / Fax: (11) 3044-0944
www.verax.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro
Rua Sete de Setembro, 111
2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares
CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3233-8686
Internet: www.cvm.gov.br

São Paulo
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 – São Paulo - SP
Tel.: (11) 2146-2000

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

São Paulo
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

Rio de Janeiro
Av. República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

Administradora

Cruzeiro do Sul S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte
Rio de Janeiro – RJ
Telefone: (21) 3861-4100 / Fax: (11) 3044-0944
www.bcsul.com.br

Gestora

BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda.
Rua Funchal, nº 418, 8º andar
São Paulo - SP
Telefone: (11) 3848-2717 / Fax: (11) 3044-0944
www.verax.com.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** e a presente distribuição poderão ser obtidas junto à **ADMINISTRADORA** e à **GESTORA**.

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA

A **ADMINISTRADORA** presta serviço de administração do **FUNDO** e distribuição de suas quotas. Administra, ainda, os seguintes fundos de investimento em direitos creditórios ("FIDC"):

FUNDO	CNPJ/MF
FIDC Aberto BCSul Verax CPP 120	06.318.104/0001-25
FIDC Aberto BCSul Verax CPP 180	06.318.137/0001-75
FIDC Aberto BCSul Verax CPP 360	06.318.094/0001-28
FIDC Aberto BCSul Verax CPP 60	06.318.153/0001-68
FIDC BCSul Verax Crédito Consignado II	07.238.838/0001-67
FIDC BCSul Verax Multicred Financeiro	07.766.151/0001-02
FIDC Trendbank Banco de Fomento - Multisetorial	08.927.488/0001-09
Maxcred FIDC	07.366.477/0001-34
Trendbank Fomento FIDC - Creditmix	09.072.384/0001-22

A gestão da carteira dos FIDC administrados pela **ADMINISTRADORA** é realizada pela **GESTORA**, assim esta é a empresa responsável pela gestão de recursos de terceiros do Grupo Cruzeiro do Sul e gestora do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** são empresas controladas, indiretamente, pela mesma pessoa física, qual seja, Sr. Luis Felipe Índio da Costa. Tal fato não gera conflito de interesse entre as partes. A taxa média cobrada pela **GESTORA** nos fundos administrados pela **ADMINISTRADORA** é de 0,46% a.a. (zero vírgula quarenta e seis por cento ao ano) e os prazos duração dos contratos de gestão firmados entre a **GESTORA** e a **ADMINISTRADORA** são os mesmos prazos de duração dos fundos administrados pela **ADMINISTRADORA** e geridos pela **GESTORA**.

O **ORIGINADOR, BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A** é sociedade anônima de capital aberto (controlada por Luis Felipe Índio da Costa).

Não existe relação societária direta ou indireta alguma entre a **ADMINISTRADORA / GESTORA / ORIGINADOR**, e o **CUSTODIANTE**, a AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA., a KPMG Auditores Independentes e o Barcellos Tucunduva Advogados. Não há, também, qualquer conflito de interesses entre as partes.

Além do relacionamento descrito acima, os participantes não possuem relações comerciais consistentes em empréstimos ou contratos diversos dos referentes ao relacionamento acima descrito.

A KPMG AUDITORES INDEPENDENTES é a responsável pela auditoria de todos os FIDC administrados pela **ADMINISTRADORA** e cobra o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para a auditoria de cada um deles.

Exceto em relação ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BCSul Verax Crédito Consignado II, a AUSTIN RATING SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA. é a responsável pela classificação do risco das quotas de todos os FIDCs administrados pela **ADMINISTRADORA**.

Na data deste Prospecto, a **ADMINISTRADORA** e o **CUSTODIANTE** mantêm relacionamento comercial em razão do **CUSTODIANTE** ser o responsável pela custódia, controladoria e escrituração de cotas de todos os FIDC administrados pela **ADMINISTRADORA**. Ainda, o valor médio cobrado pelo **CUSTODIANTE** pelo serviço de custódia, escrituração das quotas e liquidação dos ativos dos referidos fundos é de 0,035% a.a. (zero vírgula trinta e cinco por cento ao ano), exceto pelos FIDC Trendbank Banco de Fomento – Multisetorial e Trendbank Fomento FIDC – Creditmix, cuja média dos valores pagos é de 0,18% a.a. (zero vírgula dezoito por cento ao ano)

As informações acerca da remuneração de todos os serviços prestados a cada um dos FIDC poderão ser encontradas nos respectivos regulamentos e prospectos, os quais se encontram disponíveis em www.cvm.gov.br.

Todos os contratos dos prestadores de serviço aqui mencionados têm prazo de duração igual à duração dos respectivos FIDC.

FORO

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

**ANEXO I – DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO E DO
DIRETOR DA ADMINISTRADORA**



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

DECLARAÇÃO

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 24º andar, parte, Centro, CEP: 20030-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.382.908/0001-64, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de Quotas do **MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** ("Fundo"), neste ato representada de acordo com o seu Estatuto Social; e

MARCELO XANDÓ BAPTISTA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 24.181.520-4/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 180.434.018-96, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo,

DECLARAM que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de quotas do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 13 de janeiro de 2009.

Marcelo Xandó Baptista

MARCELO S. DREHER

**CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

Marcelo Xandó Baptista

MARCELO XANDÓ BAPTISTA



ANEXO II - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

DECLARAÇÃO

MARCELO XANDÓ BAPTISTA, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG n.º 24.181.520-4/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o n.º 180.434.018-96, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na qualidade de diretor responsável do **MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("Fundo")**, administrado pela **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 24º andar, parte, Centro, CEP: 20030-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.382.908/0001-64, autorizada pela CVM a prestar o serviço de administração de carteira de valores mobiliários através do Ato Declaratório n.º 8.282, de 12 de abril de 2005, DECLARA que é responsável pela veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do FUNDO.

São Paulo, 13 de Janeiro de 2009.


MARCELO XANDÓ BAPTISTA



ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR LÍDER

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, n.º 231, 24º andar, parte, Centro, CEP: 20030-021, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.382.908/0001-64, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de Quotas do **MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ("Fundo")**, neste ato, devidamente representada de acordo com os seus Estatutos Sociais, **DECLARA** que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

Marcelo Xando Baptista, São Paulo, 13 de janeiro de 2009.

MARCIO S. DREHER

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



ANEXO IV – INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE INADIMPLEMENTO, PERDAS E PRÉ-PAGAMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Mês de Originação	Total (em milhares de R\$)	Pré-pagamento (em milhares de R\$)	% da Produção do Mês
abr/05	133.729	10.400	7,8%
mai/05	102.488	7.655	7,5%
jun/05	108.989	8.813	8,1%
jul/05	97.707	8.013	8,2%
ago/05	108.789	5.973	5,5%
set/05	98.665	5.269	5,3%
out/05	59.976	3.507	5,8%
nov/05	96.877	5.965	6,2%
dez/05	56.327	3.406	6,0%
jan/06	61.159	4.124	6,7%
fev/06	73.883	3.764	5,1%
mar/06	129.312	6.186	4,8%
abr/06	124.641	6.965	5,6%
mai/06	166.183	8.087	4,9%
jun/06	139.799	9.335	6,7%
jul/06	176.894	11.980	6,8%
ago/06	196.883	11.662	5,9%
set/06	183.047	12.710	6,9%
out/06	207.630	14.644	7,1%
nov/06	203.847	11.584	5,7%
dez/06	281.567	12.388	4,4%
jan/07	246.456	12.622	5,1%
fev/07	234.460	11.280	4,8%
mar/07	312.847	16.960	5,4%
abr/07	345.434	16.991	4,9%
mai/07	351.805	15.982	4,5%
jun/07	376.061	14.576	3,9%
jul/07	430.932	15.143	3,5%
ago/07	456.349	11.489	2,5%
set/07	376.320	8.388	2,2%
out/07	461.175	5.869	1,3%
nov/07	402.226	2.819	0,7%
dez/07	382.002	1.675	0,4%
jan/08	319.131	1.428	0,4%
fev/08	247.452	941	0,4%
mar/08	402.451	20	0,0%
abr/08	532.343	3	0,0%
Total	8.685.838	308.617	3,6%

Metodologia:

Considera a produção do Banco Originador no período de 36 meses findos em 30/04/2008.

Esta tabela utiliza o conceito de safra, ou seja, os contratos são agrupados pela data de geração dos mesmos.

Pré-pagamentos são os pagamentos de parcelas efetuados em data anterior ao seu vencimento.

A comparação em % é a relação entre o valor pago de parcelas antes de seu vencimento e o total de contratos originados no mês em questão.

DINÂMICA DA CARTEIRA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Premissas

Esta tabela utiliza um conceito que consiste no agrupamento por data de vencimento dos contratos gerados.

Considera a produção do Banco Originador no período de 36 meses findos em 30/04/2008.

Total sob Análise	Valor (em milhares de R\$)
até 30 de abril de 2008	8.685.838

Total de Parcelas Vencidas	Valor (em milhares de R\$)
até 30 de abril de 2008	1.951.972

Parcelas Vencidas em Aberto	Valor (em milhares de R\$)	% do Total de Parcelas Vencidas
até 15 dias	5.782	0,3%
de 16 a 30 dias	5.381	0,3%
de 31 a 60 dias	7.414	0,4%
de 61 a 90 dias	5.292	0,3%
de 91 a 120 dias	4.537	0,2%
de 121 a 150 dias	4.039	0,2%
de 151 a 180 dias	3.737	0,2%
acima de 180 dias	31.059	1,6%

Metodologia:

Parcelas vencidas são todas as parcelas cujo vencimento é anterior a 30/04/2008, incluindo esta data.

Parcelas vencidas em aberto são todas as parcelas cujo pagamento não foi efetivado. O número de dias representa a diferença entre 30/04/2008 e a data de vencimento da parcela.

ANEXO V – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO



Fundo de Investimento em Direitos Creditórios MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO FIDC

Relatório Analítico

Rating

AA

As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é ímisorio.

Data: 26/set/2008

Validade: 26/set/2009

Sobre o Rating:

Perspectiva: Estável

Observação: -

Histórico (Sênior):

Set/08: AA

Validade: Set/09

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião do dia 25 de setembro de 2008 atribuiu o **rating AA** (duplo A) para a 1ª série de Cotas Seniores do MAXCRED II Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (MAXCRED II FIDC / Fundo).

O MAXCRED II FIDC é um fundo fechado, com prazo de duração de 10 anos, contados a partir da data de início das atividades, quando da primeira integralização de cotas seniores, que tem por objetivo a aplicação preponderante em direitos creditórios originados pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A (BCSul), referentes a créditos consignados concedidos a servidores públicos efetivos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, bem como aposentados e pensionistas assistidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Tais empréstimos são concedidos em virtude de convênios mantidos pelos BCSul com os “Entes Públicos Conveniados”, para que os valores emprestados aos respectivos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas sejam descontados na folha de pagamento.

O Fundo poderá apresentar séries de cotas com prazos e regras de amortização distintas. A 1ª série de cotas seniores terá prazo de 36 meses, contados da data da primeira integralização de cotas seniores da referida série e possui meta de rentabilidade de 118% do CDI. A partir do 18º mês, contados da data da primeira integralização de cotas seniores da 1ª série do Fundo, tanto as cotas seniores como as subordinadas terão seus valores amortizados trimestralmente. Esta série será composta por 15.000 mil cotas seniores, com valor unitário inicial de R\$ 10.000,00 cada cota, respeitando-se o limite mínimo, de 20% do Patrimônio Líquido (PL) em cotas subordinadas. As características das demais séries serão descritas em Suplementos ao Regulamento.

O **rating** está fundamentado no baixo risco do universo de direitos creditórios potencialmente securizáveis (créditos consignados em folha de pagamento), combinado à política de investimento, às condições de cessão e aos limites de composição e diversificação estabelecidos no regulamento com destaque para o forte nível de proteção de crédito proporcionado pela subordinação de cotas de, no mínimo, 20% do PL e no perfil de risco dos demais ativos permitidos para compor sua carteira. O nível de proteção por meio de cotas subordinadas é considerado elevado uma vez que o histórico de inadimplência da carteira de crédito consignado originada pelo BCSul situa-se em patamar bastante inferior ao percentual mínimo mencionado. (20% do PL em cotas subordinadas)

O perfil dos créditos que lastreiam o Fundo é considerado de baixo risco, em virtude de serem consignados em folha de pagamento. Tal modalidade de empréstimo possui particularidades que mantêm seus índices de inadimplência baixos comparativamente a maior parte das modalidades voltadas para o segmento de pessoas físicas. O desempenho de tais operações é beneficiado pelo fato das parcelas dos empréstimos serem pagas diretamente por meio do desconto no salário do servidor.

O Fundo estabelece limites máximos de concentração por ente público conveniado e por grupo de entes públicos, os quais, para efeitos de concentração, foram subdivididos de acordo com as fontes pagadoras dos salários em União Federal, Estados e Distrito Federal, Municípios e INSS. O limite máximo de concentração por ente público conveniado é de 15% do seu PL, sendo que somente quatro entes públicos poderão estar neste limite.

Analista:

Rodrigo Indiani
Tel.: 55 11 3377 0704
rodrigo.indiani@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros
Rua Leopoldo Couto Magalhães,
110 – conj. 73
São Paulo – SP
CEP 04542-000
Tel.: 55 11 3377 0707
Fax: 55 11 3377 0739
www.austin.com.br

Para os demais a concentração máxima é de 7% do PL. Em relação aos grupos de entes públicos, o Fundo poderá concentrar até 100% do PL em entes públicos da União Federal, 50% de Estados e do Distrito Federal, 50% em Municípios e até 20% no INSS. O limite máximo de concentração por sacado é de 0,4% do PL do Fundo.

A Austin Rating também considerou como positivo o perfil de risco dos demais ativos permitidos para compor o Fundo. A parcela do patrimônio líquido que não estiver alocada em direitos creditórios poderá ser aplicada em títulos de emissão do tesouro nacional e títulos de emissão do Banco Central.

O Fundo poderá alocar até 40% de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas. É vedado ao Fundo realizar operações de "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Em contrapartida aos aspectos mencionados, a Austin Rating destaca como fatores em observação a segregação parcial entre o risco de crédito do BCSul e o dos direitos creditórios, uma vez que os pagamentos dos direitos creditórios são realizados primeiramente para o BCSul (originador dos créditos) para posteriormente serem repassados ao fundo; o descasamento existente entre os fatores praticados nos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo (pactuados a taxas prefixadas) e a meta de remuneração estipulada para os cotistas seniores (pós-fixada); o risco de atrasos no repasse dos recursos pelos Entes Públicos Conveniados; o risco dos mutuários pré-pagarem os créditos que estejam no ambiente do Fundo, reduzindo, dessa forma, a rentabilidade dos direitos creditórios e alterações nas regras que regem a modalidade de crédito consignado, como o tabelamento de juros, cobrança de taxas, portabilidade, entre outros aspectos como regras de cessão que interferem diretamente o negócio de crédito consignado, que constitui o principal lastro para o fundo.

Fatores Positivos

- Longa experiência do Banco Cruzeiro do Sul S.A. na concessão de crédito consignado em folha de pagamento e no relacionamento com órgãos públicos, principais fontes de pagamento dos créditos com desconto em folha de pagamento;
- Baixo perfil de risco do universo de crédito potencialmente securitizável com baixos índices de inadimplência;
- Relação Cota Sênior / Cota Subordinada (80% Vs. 20%) proporciona um adequado nível de colateralização, resultando em boa margem de proteção para as Cotas Seniores;
- Fundo sob a forma de condomínio fechado, com amortização programada mitigando riscos de liquidez;
- Política de crédito do originador e critérios de seleção dos direitos creditórios adequados;
- Legislação - Lei de Responsabilidade Fiscal e Estatuto do Funcionário Público - contribuindo positivamente para a manutenção e perenidade da qualidade dos Direitos Creditórios;
- Forte capacidade de originação de créditos por parte do BCSul;
- Serviço de custódia (independente) e auditoria realizado por instituições de primeira linha;

Fatores em Observação

- A forte concorrência no segmento de crédito consignado, bem como mudanças nas leis e regulamentos, relativas à modalidade de crédito consignado em folha de pagamento podem interferir o principal negócio do BCSul, bem como a capacidade destes em continuar originando créditos que atendam aos critérios de elegibilidade;
- Fundo sujeito aos atrasos no repasse dos recursos pelos Entes Públicos Conveniados, uma vez que os valores referentes às parcelas dos Contratos de Assistência Financeira são descontados pelos Entes Públicos para então serem repassados ao BCSul, que, por fim, transferem os recursos ao Fundo;
- Risco de inadimplência dos participantes. Ainda que os direitos creditórios sejam pagos por meio do desconto em folha de pagamento, a capacidade de pagamento do participante poderá ser afetada se, por força de decisão

judicial, este for obrigado a pagar determinadas obrigações (ex: pensão alimentícia), que tenham preferência em relação ao Contrato de empréstimo firmado com o BCSul para fins de desconto em folha de pagamento ou em função de seu falecimento;

- Não existe plena segregação entre o risco de crédito do BCSul (originador dos direitos creditórios) uma vez que o pagamento das parcelas dos créditos é feito primeiramente no BCSul para posteriormente ser repassado ao Fundo;
- Ausência de coobrigação. A aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo não possui direito de regresso contra o cedente, isentando-o de responsabilidade sobre aqueles que se mostrarem inadimplentes. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia do originador dos direitos creditórios, que responde apenas pela origem, liquidez, formalização e cobrança dos Direitos Creditórios;
- Pelo fato da meta de remuneração das cotas seniores ser pós-fixada e a taxa pactuada nos direitos creditórios ser prefixada, haverá uma redução da margem existente entre elas, caso haja um aumento do CDI;
- O Fundo incorre na possibilidade dos mutuários pré-pagarem os créditos que estejam no ambiente do Fundo, reduzindo, dessa forma, a rentabilidade dos direitos creditórios;

ACOMPANHAMENTO DO RATING

A Austin Rating acompanhará a evolução dos riscos associados à 1ª Série de Cotas Seniores do MAXCRED II Crédito Consignado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, especialmente aqueles relativos à qualidade e à composição de sua carteira. A cada trimestre será divulgado um relatório sintético, contendo a opinião da Austin Rating sobre o risco de pagamento das séries de Cotas Seniores. Esta classificação estará permanentemente sujeita a alterações.

PERFIL DO FUNDO – 1ª série

Características Gerais

Fundo:	Fechado. 1ª Série com prazo determinado de duração de 36 meses, a partir da data de distribuição pública das Cotas Seniores;
Quantidade de Cotas:	15.000 cotas seniores;
Valor Unitário:	R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por cota;
Relação Cota Sênior / Cota Subordinada:	80% Cota Sênior Vs. 20% Cota Subordinada;
Lastro prioritário:	Mínimo de 50% (após 90 dias do início das atividades do Fundo) na aquisição de Direitos Creditórios, oriundos de contratos de empréstimo concedidos pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A., com desconto em folha de pagamento para servidores públicos federais, estaduais, do Distrito Federal e Municípios, assim como aposentados e pensionistas do INSS, respeitados os critérios de composição e diversificação estabelecidos no regulamento do Fundo;
Outros lastros:	Títulos de emissão do Tesouro Nacional e Títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
Taxa de administração:	1% do PL do Fundo;
Rentabilidade-alvo anual:	1ª série: 116% do CDI a.a.
Amortização:	Pagamento proporcional de Principal e Juros, a partir do 18º (décimo oitavo mês) para Cotas Seniores e Subordinadas, segundo

o seguinte cronograma: 21^ª mês: 1/6; 24^ª mês: 1/5; 27^ª mês: 1/4; 30^ª mês: 1/3; 33^ª mês: 1/4; 36^ª mês: 1/1

Resgate das cotas seniores e subordinadas: 36^ª mês;

Público-Alvo: Pessoas Físicas e/ou Jurídicas não financeiras e fundos de investimentos destinados exclusivamente a investidores qualificados.

Participantes

Originador dos Direitos Creditórios: Banco Cruzeiro do Sul S.A.;
Cobrança: Banco Cruzeiro do Sul S.A.;
Administrador: Cruzeiro do Sul S.A. DTVM;
Gestor: BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda;
Custódia e liquidação de ativos: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão;

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA E LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Em relação aos principais ativos que farão parte do PL do Fundo, A Austin Rating destaca os seguintes critérios estabelecidos no regulamento.

Para efeitos de concentração os Entes Públicos Conveniados são agrupados de acordo com as fontes pagadoras dos salários dos Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas em União Federal, Estados e o Distrito Federal, Municípios da Federação e INSS. Considerando o critério adotado, o Fundo observará os seguintes limites de concentração em relação ao PL do fundo para aquisição de direitos creditórios.

Ente Público Conveniado	Percentual Mínimo	Percentual Máximo
1ª União Federal	0,00%	100%
2ª Estados e Distrito Federal	0,00%	50,00%
3ª Municípios	0,00%	50,00%
4ª INSS	0,00%	20,00%

O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado de 15% do seu patrimônio líquido. Adicionalmente, somente quatro Entes Públicos Conveniados poderão simultaneamente estar neste limite, representando no conjunto não mais que 60% do patrimônio líquido do Fundo, sendo que os demais Entes Públicos Conveniados deverão respeitar o limite entre 5% e 7% do patrimônio líquido do Fundo. Complementamente, a Gestora buscará manter a carteira do Fundo diversificada com direitos creditórios oriundos de mais de 10 entes Públicos Conveniados. O limite máximo de concentração por sacado, ou seja, para cada um dos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas, é de 0,4% (quarenta centésimos por cento) do patrimônio líquido do Fundo.

Na hipótese de inobservância dos limites de concentração por Ente Público Conveniado, previstos acima, a Administradora deverá reenquadrar o Fundo aos limites de concentração, no prazo de até 60 dias corridos, contados da constatação do desenquadramento.

O Fundo não poderá adquirir direitos creditórios de Servidores Aposentados ou Pensionistas vinculados a entes federativos conveniados ou ao INSS que, em um prazo de até 90 (noventa) dias, apresente percentual de atraso na entrega de valores por ele consignados de seus Servidores Públicos e já cedidos ao Fundo.

A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente em:

- Títulos de emissão do Tesouro Nacional e Títulos de emissão do Banco Central do Brasil;

Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

AAA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
AA	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é ínfimo.
A	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
BBB	As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

BB	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
B	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
CCC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
CC	As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
C	A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de default. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O rating pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de rating e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

ANEXO VI – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO REFERENTE AO

4º TRIMESTRE DE 2008



Relatório de Monitoramento

12/fev/2009

MAXCRED II FIDC

Condomínio:	Fechado	Administrador:	Cruzeiro do Sul S.A. DTVM
Prazo:	10 anos	Gestor:	BCSul Verax Serviços Financeiros Ltda.
Data de Registro:	30/09/2008	Custodiante:	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
Classe de Cotas	Sênior e Subordinada	Auditor:	KPMG Auditores Independentes
Nº Séries:	1	Originador dos Direitos Creditórios	Banco Cruzeiro do Sul S/A;
Política de Investimento:	<ul style="list-style-type: none"> Principal ativo: Direitos creditórios relativos a créditos consignados em folha de pagamento originados pelo Banco Cruzeiro do Sul S.A. para servidores públicos, aposentados e pensionistas; A parcela do patrimônio líquido do Fundo que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em: <ul style="list-style-type: none"> a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil. 		
Nível de Concentração	<ul style="list-style-type: none"> O Fundo observa os seguintes limites de concentração por grupo de Ente Público conveniado: (União Federal – até 100%; Estados e Distrito Federal – até 50% do PL; Municípios – até 50% do PL e INSS – até 20% do PL; O Fundo observa ainda as seguintes regras: <ul style="list-style-type: none"> O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado é de 15% do PL do Fundo; Somente 4 Entes Públicos Conveniados poderão simultaneamente estar neste limite, representando no conjunto não mais que 60% do PL do Fundo, sendo que os demais Entes Públicos Conveniados deverão respeitar o limite entre 5% e 7% do PL do Fundo; Complementarmente, a Gestora buscará manter a carteira do Fundo diversificada com direitos creditórios oriundos de mais de 10 Entes Públicos Conveniados; O limite máximo de concentração por sacado, ou seja, por devedor dos direitos creditórios, é de 0,4% do PL do Fundo; Na hipótese de inobservância dos limites de concentração por Ente Público Conveniado, previstos acima, a Administradora deverá reequilibrar o Fundo aos limites de concentração no prazo de até 60 dias corridos, contados da constatação do desenquadramento. 		
Benchmark	<ul style="list-style-type: none"> 116% do CDI. 		
Subordinação	<ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 20% do PL em cotas subordinadas. 		
Nº de cotistas (30/12/2008)	<ul style="list-style-type: none"> Cotas Seniores (45) / Cotas Subordinadas (2) 		

Rating

Classe/Série	4T08	Set/08 (inicial)
Sênior/Única	AA	AA
	Estável	Estável

Validade do Rating: 30/set/2009

Analistas

Rodrigo Indiani	Maurício Bassi
Tel.: 55 11 3377 0704	Tel. 55 11 3377-0709
rodrigo.indiani@austin.com.br	mauricio.bassi@austin.com.br

FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 12 de fevereiro de 2009, afirmou o *rating* de crédito **AA** (duplo A) e a perspectiva **estável** às Cotas Seniores da 1ª Série do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Maxcred II, lastreado em crédito pessoal consignado em folha de pagamento concedido pelo Banco Cruzeiro do Sul S/A a servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS. Este monitoramento refere-se ao 4º trimestre de 2008 (outubro, novembro e dezembro de 2008).

A confirmação do *rating* está apoiada na metodologia de monitoramento de FIDCs da Austin Rating, a qual considerou a manutenção das características das operações do MAXCRED FIDC, contemplando principalmente a continuidade das disposições do regulamento, quanto aos riscos relacionados aos tipos de títulos e direitos creditórios permitidos para lastreá-lo, bem como no histórico de desempenho. As cotas seniores da 1ª série atingiram a meta de rentabilidade, de respectivamente 116% do CDI. As cotas subordinadas não possuem meta de rentabilidade.

O *rating* reflete principalmente a elevada qualidade dos direitos creditórios (crédito consignado em folha de pagamento), tendo como base o histórico de inadimplência dos direitos creditórios que lastreiam o Fundo, comparativamente ao nível mínimo de cotas subordinadas, de 20% do PL do Fundo.

O volume de créditos vencidos e não pagos sobre o PL do Fundo representou 1,4% em out/08, 2,2% em nov/08 e 4,4% em dez/08, permanecendo abaixo do nível mínimo de subordinação de cotas. O volume de créditos pré-pagos foi de 0,1% do PL em out/08, 0,7% em nov/08 e 1,0% em dez/08. O MAXCRED II é um Fundo constituído sob a forma de condomínio fechado. O resgate de cotas é programado, mitigando o risco de falta de liquidez para

pagamento dos cotistas seniores, as quais serão amortizadas em 6 parcelas trimestrais, a partir do 18º mês contado da data da primeira integralização de cotas seniores.

Como fator observação, a Austin Rating destaca o desenquadramento do Fundo, no que toca ao nível de subordinação. A relação entre o PL de cota subordinada e o do FIDC ficou abaixo do limite mínimo de 20% entre 13/10/08 e 23/12/08. A Austin Rating entende que o nível de subordinação é um componente relevante na classificação de risco e, sendo assim, salienta a importância de que tal proteção seja mantida, antecipando o aporte de cotas subordinadas para se prevenir ante ao desenquadramento deste parâmetro, ainda que o Fundo tenha um prazo de 30 dias para que o originador dos direitos creditórios (Banco Cruzeiro do Sul S.A.) aporte os recursos necessários para restabelecer o limite mínimo em cotas subordinadas, de 20% do PL.

A Austin Rating entende como positiva a realização de aporte em montante suficiente para que o Fundo mantenha o patrimônio em cotas subordinadas superior a 20% do PL. A rentabilidade das cotas subordinadas foi negativa nos meses de novembro e dezembro e deverá exigir futuros aportes por parte do originador.

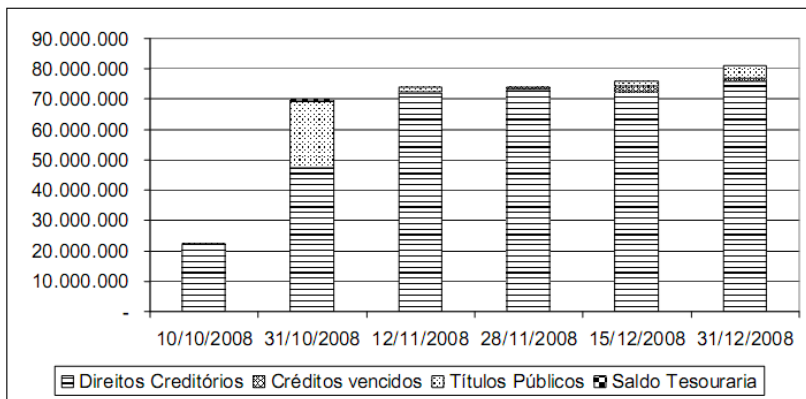
	Parâmetro	Out/08	Nov/08	Dez/08
PL em cotas Subordinadas	Mínimo 20% do PL	desenquadrado	desenquadrado	enquadrado
Créditos / PL	Mínimo de 50%	enquadrado	enquadrado	enquadrado
Benchmark Cota Sênior	116% do CDI	enquadrado	enquadrado	enquadrado

Posição da Carteira						
Títulos/Datas	10/10/2008	%	31/10/2008	%	12/11/2008	%
Direitos Creditórios	22.000.001	97,7	47.335.782	68	72.077.952	97,6
Créditos vencidos	0	0	76.163	0,1	284.204	0,4
Total Dir. Creditórios (1)	22.000.001	97,7	47.411.945	68,1	72.362.156	98
Titulos Públicos (2)	494.475	2,2	21.762.222	31,3	1.473.264	2
Saldo Tesouraria	5.525	0	805.016	1,2	4.609	0
Total Geral da Carteira	22.620.899	100,5	69.820.436	100,3	74.107.461	100,3
Contas a Pagar/Receber	120.898	0,5	-158.747	-0,2	267.431	0,4
PDD	110.000	0,5	239.952	0,3	239.952	0,3
PL	22.510.899	100	69.580.484	100	73.867.508	100

Posição da Carteira						
Títulos/Datas	28/11/2008	%	15/12/2008	%	31/12/2008	%
Direitos Creditórios	73.426.382	98,2	72.408.878	95,9	75.995.713	92
Créditos vencidos	513.387	0,7	1.977.796	2,6	801.267	1
Total Dir. Creditórios (1)	73.939.768	98,9	74.386.674	98,5	76.796.980	93
Titulos Públicos (2)	0	0	1.391.498	1,8	4.185.725	5,1
Saldo Tesouraria	657	0	4.157	0	4.673	0
Total Geral da Carteira	75.160.320	100,6	75.935.379	100,6	83.142.573	100,7
Contas a Pagar/Receber	1.219.894	1,6	153.048	0,2	2.155.196	2,6
PDD	416.358	0,6	416.358	0,6	539.694	0,7
PL	74.743.962	100	75.519.021	100	82.602.879	100

(1) Créditos consignados em folha de pagamento; (2) títulos públicos federais;

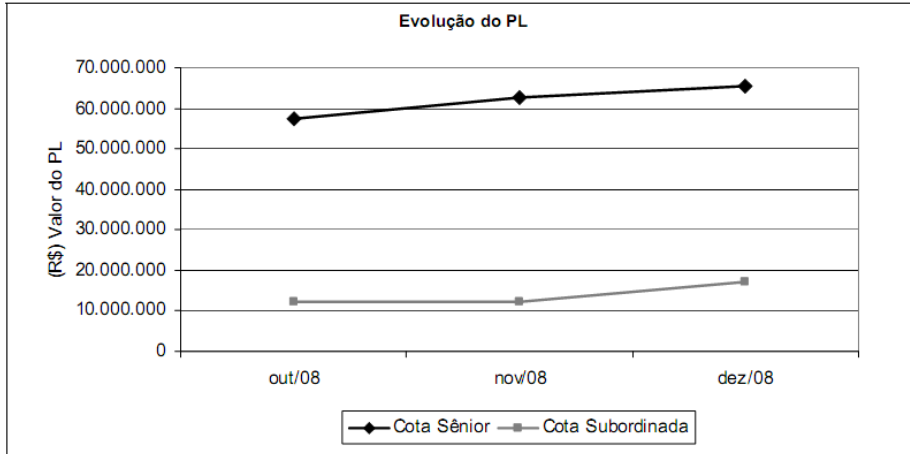
Total Geral da Carteira



Posição do PL

Data	Cota Sênior			Cota Subordinada				\$ Total do PL
	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	Qtde.	\$ / Un.	\$ Total	% do PL	
31/12/2008	6.337,70	10.342,99	65.550.715,95	1.871,25	9.112,71	17.052.162,99	20,64%	82.602.879
28/11/2008	6.128,24	10.211,38	62.577.745,93	1.326,38	9.172,51	12.166.216,24	16,28%	74.743.962
31/10/2008	5.673,05	10.094,59	57.267.090,16	1.326,38	9.283,47	12.313.393,72	17,70%	69.580.484

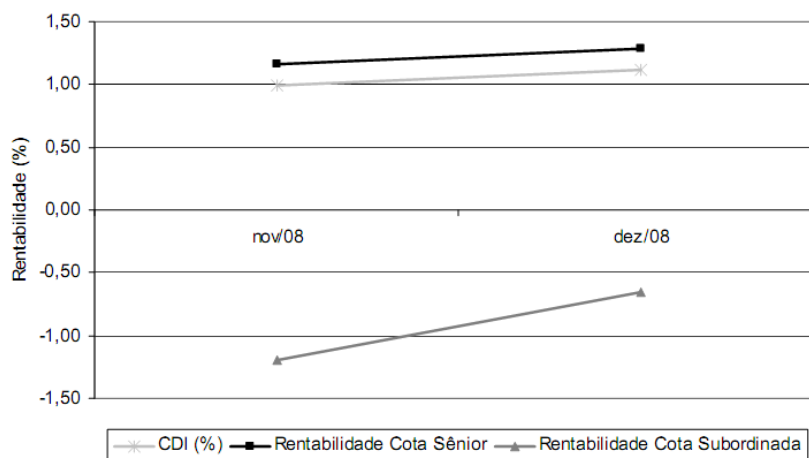
Evolução do PL



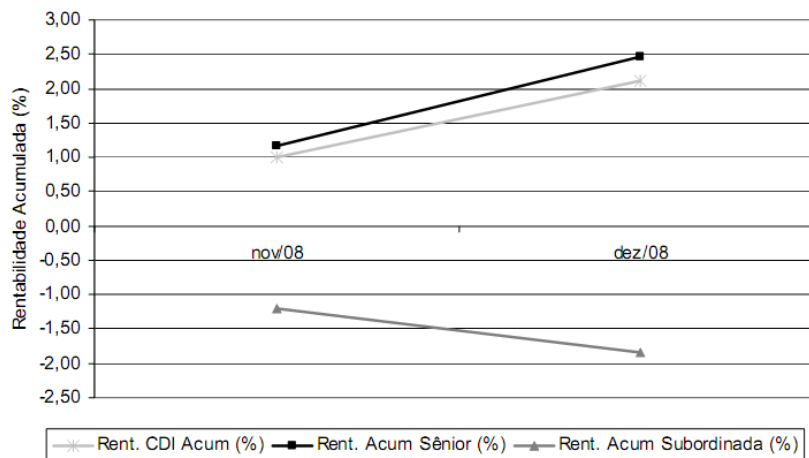
Rentabilidade Mensal do PL

Data	CDI (%)	Rentabilidade Cota Sênior		Rentabilidade Cota Subordinada		PL Total	
		Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI	Rent. (%)	% CDI
31/12/2008	1,11	1,29	116,01	-0,65	-58,68	0,97	87,57
28/11/2008	1,00	1,16	116,09	-1,20	-119,93	0,74	74,32

Rentabilidade



Rentabilidade Acumulada



Classificação da Austin Rating

Investimento Prudente

- AAA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência próxima a zero, a qual garante excepcional margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma elevadíssima relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é quase nulo.
- AA** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixíssima, a qual garante ótima margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação muito elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é irrisório.
- A** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito baixa, a qual garante margem de cobertura muito boa para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação elevada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é muito baixo.
- BBB** As cotas do FIDC encontram-se suportadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência baixa, a qual garante boa margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. Adicionalmente, o fundo apresenta uma relação adequada entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é baixo.

Investimento Especulativo

- BB** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível médio, podendo afetar a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação apenas razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é moderado.
- B** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência em nível acima da média do segmento, a qual pode afetar fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação menos do que razoável entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira. O risco é médio.
- CCC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência elevada, a qual afetou a margem de cobertura para o pagamento do principal acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma baixa relação entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando a desvalorização de suas cotas. O risco é alto.
- CC** As cotas do FIDC encontram-se lastreadas por uma carteira de recebíveis com inadimplência muito elevada, a qual afetou fortemente a margem de cobertura para o pagamento do principal, acrescido do rendimento proposto. O fundo apresenta uma relação muito baixa entre os mecanismos de proteção e a inadimplência da carteira, condicionando forte desvalorização de suas cotas. O risco é muito alto.
- C** A elevadíssima inadimplência da carteira levou o FIDC à situação de *default*. Não mais existe qualquer tipo de proteção adicional. O risco é altíssimo.

Sinais de (+) mais e (-) menos são utilizados para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala de rating.

Rating é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: www.austin.com.br

© Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.

ANEXO VII – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO CRUZEIRO DO SUL

http://www.mzweb.com.br/cruzeirosul/web/arquivos/BCSul_DF_3T08_port.pdf

ANEXO VIII – REGULAMENTO DO FUNDO



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
CORPUS VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

**REGULAMENTO DO
MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS**

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
25 NOV 08 730769
REGISTRADO E MICROFILMADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

CAPÍTULO I - DO FUNDO E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O MAXCRED II CRÉDITO CONSIGNADO - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, doravante denominado **FUNDO**, é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo determinado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: O **FUNDO** terá prazo de duração de 10 (dez) anos, contados a partir da data de início das atividades do **FUNDO**, quando da primeira integralização de quotas seniores, prazo este que poderá ser prorrogado mediante decisão da Assembleia Geral de Quotistas.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** poderá apresentar séries de quotas com prazos e regras de amortização distintas dentro do prazo estabelecido no parágrafo acima.

Parágrafo 3º: A primeira série de quotas do **FUNDO** terá prazo de 3 (três) anos, conforme descrito nos artigos 45 a 49 deste Regulamento, contados da data da primeira integralização de quotas seniores. As características das demais séries serão descritas em Suplementos ao Regulamento.

Parágrafo 4º: O público-alvo do **FUNDO** são exclusivamente investidores qualificados, pessoas físicas ou jurídicas, assim definidos pelas normas expedidas pela CVM em vigor, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos Cotistas. Podem participar do **FUNDO**, ainda, fundos de investimento de acordo com as disposições da Instrução CVM nº 409. Investidores não residentes poderão adquirir cotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo 5º: Em razão do disposto nos parágrafos 4º acima, a **ADMINISTRADORA** deverá recusar subscrições de investidores que não se enquadrem nestas definições.

Parágrafo 6º: Na hipótese de negociações em mercado secundário, caberá à instituição intermediadora assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, inclusive em relação ao parágrafo 4º acima.

CAPÍTULO II - DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 2º: A atividade de administração do **FUNDO** e de distribuição de suas quotas serão exercidas pela **CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Presidente Wilson, nº 231, 24º andar, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.382.908/0001-64, devidamente autorizada a prestar serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 8.282, de 12 de abril de 2005, doravante designada **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 1º: A atividade de gestão da carteira do **FUNDO** será exercida pela **BCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS LTDA.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, SP, na Rua Funchal, nº 418, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.917.347/0001-17, devidamente autorizada a prestar serviços de administração de carteira de títulos e valores mobiliários através do Ato Declaratório CVM nº 7.509, de 24 de novembro de 2003, doravante designada **GESTORA**.

Parágrafo 2º: As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas nos artigos 38 e 39 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 ("Instrução 356") e a escrituração das quotas serão exercidas pelo **DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**, com sede Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º a 15º andares, Itaim Bibi, CEP: 04538-132 inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, doravante designado **CUSTODIANTE**.



RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
25 NOV 08 730769



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
RCSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Parágrafo 3º: O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras, comerciais e de serviços;

II - validar os direitos creditórios em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda de documentação relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso, para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

VII - observar para que somente as ordens emitidas pela **ADMINISTRADORA** e/ou pela **GESTORA**, ou por seus representantes legais ou mandatários, devidamente autorizados, sejam acatadas, sendo-lhe vedada a execução de ordens que não estejam diretamente vinculadas às operações do **FUNDO**.

Parágrafo 4º: Conforme faculta o artigo 38, parágrafo 1º, da Instrução 356, o **CUSTODIANTE** analisará a documentação que evidencia o lastro dos Direitos Creditórios utilizando-se de amostra probabilística aleatória simples, selecionada por sorteio não viciado, considerando, ainda, parâmetros em relação à diversificação de clientes, utilizando-se a proporcionalidade, quantidade e valor médio dos Direitos Creditórios, com intervalo de confiança de 95% (noventa e cinco por cento) e erro tolerável aceitáveis de 10% (dez por cento).

Parágrafo 5º: Os parâmetros de quantidade dos créditos cedidos e de diversificação de devedores que ensejarão a verificação do lastro por amostragem serão definidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$n_0 = \frac{1}{\xi_0^2} \quad A = \frac{N \times n_0}{N + n_0}$$

ξ_0 : Erro Estimado

A : Tamanho da Amostra

N : População Total

n_0 : Fator Amostral





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 3º: A ADMINISTRADORA, observadas as limitações legais e da Instrução 358 e alterações posteriores e do presente Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que a integrem, inclusive o de ação.

Artigo 4º: Incluem-se entre as obrigações da ADMINISTRADORA:

I - registrar o documento de constituição do **FUNDO** e o presente Regulamento e seu(s) anexos, bem como futuras versões dos mesmos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

II - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembleias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**;
- h) os relatórios do auditor independente;

III - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de Instituição contratada;

IV - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

V - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

VI - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VII - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VIII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a ADMINISTRADORA e o **FUNDO**;

IX - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco das quotas seniores; e

X - em conformidade com contrato celebrado com o CUSTODIANTE, efetuar a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO**, podendo atribuir ao ORIGINADOR (conforme definido abaixo) a responsabilidade pelo depósito dos mesmos, ficando este depositário fiel dos documentos relacionados aos Direitos Creditórios, sem se eximir o CUSTODIANTE das responsabilidades a ele atribuídas neste Regulamento.

Artigo 5º: É vedado à ADMINISTRADORA:

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
C - 81002
25 NOV 08 730769
RIO DE JANEIRO - CAPITAL





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOLSA VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetua-se do disposto no parágrafo anterior os títulos de emissão do Tesouro Nacional, os títulos de emissão do Banco Central do Brasil e os créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**.

Artigo 6º: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II - realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III - aplicar recursos diretamente no exterior;

IV - adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V - pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356;

VI - vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII - vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII - prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX - fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X - delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI - obter ou conceder empréstimos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOLSA VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

XII - efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

CAPÍTULO III - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 7º: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Parágrafo Único: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e da liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras. Independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Artigo 8º: No caso de: i) intervenção; ii) liquidação extrajudicial; ou iii) decretação, pelo Banco Central do Brasil, de Regime de Administração Especial Temporária, na forma do decreto-ei nº 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, tanto nas hipóteses mencionadas no artigo 1º do referido decreto-lei quanto naquelas de que trata o artigo 4º da lei 9.447, de 14 de março de 1997, a **ADMINISTRADORA** ou o **ORIGINADOR**, deve automaticamente ser convocada assembleia geral de quotistas, no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua decretação para:

I - nomeação de Representante de quotistas, e;

II - deliberação acerca de:

a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO** e/ou Agente Cobrador, ou;

b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO IV - DA REMUNERAÇÃO

Artigo 9º: A **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO** uma Taxa de Administração equivalente ao percentual anual de 1,00% (um por cento), incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO**.

Artigo 10: A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada por dia útil, com base no percentual referido no artigo 9º sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 1º: Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, nacionalmente, não houver expediente bancário.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, inclusive a parcela correspondente à taxa da **GESTORA**, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Artigo 11: O **FUNDO** não possui taxa de ingresso nem taxa de saída.



25 NOV 08 730769

RECEBIDO DE CVM
25/11/08



**Cruzeiro
do Sul
DTMV**

verax
BOBUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

CAPÍTULO V - DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 12: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO**, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento, na aquisição de direitos creditórios oriundos de contratos de empréstimo (os "Direitos Creditórios") concedidos pelo **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.**, sociedade anônima de capital aberto, instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sediado na Rua Funchal, nº 418, 7º, 8º e 9º andares, Vila Olímpia, São Paulo - SP, CEP: 04551-060, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.136.254/0001-99 (o "**ORIGINADOR**"), a Servidores Públicos efetivos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais (os "**Servidores Públicos**"), bem como a Aposentados e Pensionistas do Regime Geral de Previdência Social (os "**Aposentados e Pensionistas**"), em conjunto, e, alternativamente, os "**Aposentados ou Pensionistas**"), assistidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (o "**INSS**"). Tais empréstimos são concedidos em virtude de convênios mantidos pelo **ORIGINADOR** com os governos federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais e com o **INSS** (doravante denominados, em conjunto, "**Entes Públicos Conveniados**"), para que os valores emprestados aos respectivos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** sejam descontados na folha de pagamento.

CAPÍTULO VI - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 13: Visando a atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** utiliza-se de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 14: Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** alocará, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de contratos de empréstimos concedidos pelo **ORIGINADOR** a **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**.

Parágrafo 1º: Os Direitos Creditórios que compõem a carteira do **FUNDO** são originados exclusivamente dos empréstimos concedidos pelo **ORIGINADOR** a **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, a taxas pré-fixadas e com pagamento feito através do desconto em folha de pagamento. Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os Direitos Creditórios devem atender às Condições e Critérios de Elegibilidade definidas neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem atender cumulativamente às seguintes **Condições de Cessão**:

- a) decorram de operações de empréstimo concedidos pelo **ORIGINADOR** a **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, com taxas de juros pré-fixadas, devidamente formalizados mediante os instrumentos cadastrais e contratuais aplicáveis, inclusive para fins de constituição de títulos executivos extrajudiciais;
- b) decorram de operações de empréstimo concedidos pelo **ORIGINADOR** a **Servidores Públicos** efetivos com idade entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos, ou a **Aposentados e Pensionistas** com idade entre 18 (dezoito) e 80 (oitenta) anos;
- c) tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**;
- d) sejam oriundos de Sacados, ou seja, **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, empréstimos com parcelas vencidas e não pagas ao **FUNDO** e ao **ORIGINADOR**.



25 NOV 08 730769

RECEBIMOS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
DO FUNDO



**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
FUNDOS VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Parágrafo 3º: Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** devem, ainda, obedecer, cumulativamente, aos seguintes **Critérios de Elegibilidade**:

a) os Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** devem ter, no mínimo, 01 (uma), e, no máximo, 120 (cento e vinte) parcelas mensais quando da data da cessão;

b) quando da sua cessão ao **FUNDO**, os Direitos Creditórios não poderão apresentar parcelas vincendas com pagamento previsto para data posterior ao prazo de duração do **FUNDO**, não podendo o vencimento de nenhuma parcela dos empréstimos a serem adquiridos ser superior ao prazo de vencimento das respectivas séries de quotas do **FUNDO** em andamento;

c) os empréstimos devem ter valor mínimo de R\$ 300,00 (trezentos reais) e valor máximo de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), podendo tal limite máximo ser excedido em casos excepcionais, até o limite de 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**; e

d) os Direitos Creditórios adquiridos pelo **FUNDO** não poderão ser oriundos de cessões de crédito originadas a partir de operações de empréstimos a **Servidores Aposentados ou Pensionistas** vinculados a entes federativos conveniados ou ao INSS que, em um prazo de até 90 (noventa) dias, apresente percentual de atraso na entrega de valores por ele consignados de seus **Servidores Públicos** e já cedidos ao **FUNDO** igual ou superior 20% (vinte por cento) dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

Parágrafo 4º: Na hipótese do direito creditório perder qualquer condição de elegível após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra a **ADMINISTRADORA** ou a **GESTORA**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo 5º: O **ORIGINADOR** será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que compõem a carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 285 do Código Civil Brasileiro. O **CUSTODIANTE**, a **ADMINISTRADORA** e a **GESTORA** não respondem pela solvência, origem, existência, liquidez ou certeza dos Direitos de Crédito cedidos ao **FUNDO**.

Parágrafo 6º: A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretroatável, com a transferência para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o **ORIGINADOR**, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), benefícios, garantias, privilégios, preferências, prerrogativas, seguros e ações e outras relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos, bem como de todos os riscos inerentes aos Direitos Creditórios, sem qualquer tipo de garantia ou co-obrigação do **ORIGINADOR**. Desta forma, o **ORIGINADOR** não será e não poderá ser responsabilizado pela solvência e adimplência dos Direitos Creditórios.

Artigo 15: O **FUNDO** observará os seguintes limites de concentração para aquisição de Direitos Creditórios (os "Limites de Concentração"):

Ente Público Conveniado	Percentual Mínimo e Máximo de Concentração por Ente Público Conveniado
1º Entes Públicos Conveniados Federais	0,00% A 100%
2º Entes Públicos Conveniados Estaduais e do Distrito Federal	0,00% A 50,00%
3º Entes Públicos Conveniados Municipais	0,00% A 50,00%
4º INSS	0,00% A 15,00%





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOLSA VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Parágrafo 1º: Conforme acima destacado, apenas para os fins de interpretação dos Limites de Concentração, o **Ente Público Conveniado INSS**, embora seja uma autarquia federal e tenha como Fonte Pagadora a União Federal, será considerado isoladamente como se fosse um Ente Público Conveniado diverso da União.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** tem limite máximo de concentração para cada **Ente Público Conveniado** de 15% (quinze por cento) do seu patrimônio líquido. Adicionalmente, somente 4 (quatro) **Entes Públicos Conveniados** poderão simultaneamente estar neste limite, representando no conjunto não mais que 60% (sessenta por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, sendo que os demais **Entes Públicos Conveniados** deverão respeitar o limite entre 5% (cinco por cento) e 7% (sete por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**. Complementarmente, a **GESTORA** buscará manter a carteira do **FUNDO** diversificada com direitos creditórios oriundos de mais de 10 (dez) entes federativos. Na hipótese de inobservância do percentual mencionado neste artigo, a **ADMINISTRADORA** deverá reequilibrar o **FUNDO** aos limites de concentração por **Ente Público Conveniado** previstos neste artigo, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos contados da constatação do desenquadramento.

Parágrafo 3º: O limite máximo de concentração por Sacado, ou seja, para cada um dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, é de 0,4% (quarenta centésimos por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Artigo 16: A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em direitos creditórios poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional; e
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil.

Artigo 17: O **FUNDO** poderá alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições deidas à vista, até o limite destas ("hedge").

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no *caput*, as operações com derivativos podem ser realizadas unicamente na modalidade "com garantia", somente nos mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, dicomentos da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Parágrafo 2º: É vedado ao **FUNDO** realizar operações de "day-trade", assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o **FUNDO** possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Artigo 18: O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 49% (quarenta e nove por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, observado o disposto no artigo 20 deste Regulamento.

Artigo 19: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

Artigo 20: A **GESTORA**, respeitado o disposto neste Capítulo, poderá livremente contratar quaisquer operações para a composição da carteira do **FUNDO** nas quais figurem como contraparte as empresas controladoras, controladas, coligadas e/ou subsidiárias da **ADMINISTRADORA** ou ainda quaisquer carteiras, clubes de investimento e/ou fundos de investimento administrados pela





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOBUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

ADMINISTRADORA ou pelas demais pessoas acima referidas. Todas as informações relativas às operações referidas neste artigo serão objeto de registros analíticos segregados.

Parágrafo 1º: Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (iv) **Risco de Exposição do Patrimônio Líquido do FUNDO em Derivativos e em Operações Compromissadas:** Nos termos do artigo 17 e nos termos do artigo 20 do Regulamento, o **FUNDO** pode aplicar até 49% de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente para proteção de posições à vista e em operações compromissadas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza tais operações exclusivamente para proteção, existe o risco da posição não representar um "hedge" perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**. Outrossim, a realização de operações compromissadas pode, em cenários extremos, acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, para os quotistas. **ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOPTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS COTISTAS.**
- (v) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (vi) **Risco de Concentração:** A **GESTORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em Direitos de Crédito cujo devedor seja um único Sacado, maior

25 NOV 08 73076S

RECEBEMOS DE TÍTULOS E VALORES
RECEBEMOS





será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Sacado.

- (vii) **Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pelo **ORIGINADOR**. A aquisição de Direitos Creditórios originados exclusivamente pelo **ORIGINADOR** pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Contratos de Empréstimo pelo **ORIGINADOR** aos Sacados e da capacidade deste originar Direitos Creditórios Elegíveis.
- (viii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas pré-fixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 45 do Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de swap de taxas pré-fixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de swap ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (x) **Riscos Associados aos Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo **Ente Conveniado** dos vencimentos do **Servidor Público** e das aposentadorias e pensões dos **Aposentados e Pensionistas**. Assim, caso o **Servidor Público** se desligue do cargo ou função, tal desconto poderá ser dificultado, tendo em vista a existência de um limite máximo de desconto estabelecido para estas hipóteses. Ademais, a capacidade de pagamento do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, estes forem obrigados a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação ao empréstimo para fins de desconto em folha de pagamento, ou, também por força de decisão judicial, de qualquer outro encargo que tenha preferência em relação ao empréstimo para fins de consignação em folha de pagamento. Ainda, a morte do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas do empréstimo, respondendo pelo saldo a pagar do empréstimo apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes do empréstimo contratado, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**.
- (x) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Fica registrado ainda que existe a possibilidade de falta de pagamento dos montantes referentes aos créditos que compõem a carteira do **FUNDO** em virtude da não ocorrência do repasse pelo **Ente Conveniado** ou pela instituição conveniada com os mesmos. Não há, contudo, garantias de que, em qualquer dessas hipóteses anteriores, referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xi) **Risco dos Entes Públicos Conveniados:** Os empréstimos contratados pelos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** são pagos por meio do desconto em folha realizado pelo **Ente Conveniado** a que o **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou o não pagamento das

25 NOV 08 730769

RECEBUE DE TITULO E DOCUMENTOS
DE CREDITO





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

vencimentos dos **Servidores Públicos**, bem como o não pagamento das aposentadorias e pensões dos **Aposentados e Pensionistas**. É possível também a ocorrência de atrasos ou o não repasse do montante desses vencimentos, aposentadorias e pensões por parte do **Ente Conveniado** ou da instituição com conveniada com o **Ente Conveniado** para esse fim. Nestas hipóteses, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.

- (xii) **Risco de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao credor dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do **Ente Conveniado**, ou de instituição conveniada com o **Ente Conveniado** para esse fim, não tendo a **ADMINISTRADORA** controle sobre tais processamentos. Assim, qualquer falha ou alteração nestes sistemas pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados ou Pensionistas** ou o seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xiii) **Risco de Sobrecarga do Sistema do INSS:** Empréstimos a **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** do INSS é uma modalidade nova de empréstimos com Consignação em Folha de Pagamento. O número desses empréstimos vem aumentando significativamente. Por tais motivos, e pelo fato de que o desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos e o repasse ao credor dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do próprio INSS, também não tem a **ADMINISTRADORA** controle sobre tal processamento. Assim, em razão do crescente aumento do número desses empréstimos com descontos em folha, do fato de que se trata de uma modalidade nova de empréstimos consignados, qualquer falha, alteração, ou defeito ainda não acusado no sistema do INSS pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, ou o seu repasse ao **FUNDO**. Hipótese em que também a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xiv) **Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** Os empréstimos contraindidos pelos Sacados são pagos por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Sacado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Sacados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos Direitos Creditórios.
- (xv) **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** é viabilizado por convênios celebrados entre o **ORIGINADOR** e os **Entes Públicos Conveniados**, dentre os quais o **INSS**. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

- (xvi) **Risco de Suspensão e de Invalidação do Fluxo de Cessão dos Direitos Creditórios ao FUNDO:** Há o risco de que os Ministérios da Previdência Social, da Fazenda e da Justiça determinem a suspensão da contratação, por telefone, de empréstimos consignados para **Aposentados e Pensionistas do INSS**. Há, ainda, o risco de que decisões judiciais e/ou administrativas tomem, por qualquer motivo, ineficazes as contratações, com os **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, dos Direitos Creditórios já cedidos ao **FUNDO**, prejudicando as cessões de créditos já realizadas. Há, também, o risco de que decisões judiciais e/ou administrativas proíbam a contratação de novos Direitos Creditórios junto aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**. Em todas essas hipóteses há, por fim, o risco de que o **ORIGINADOR** não disponha de novos Direitos Creditórios em volume suficiente para dar prosseguimento às metas do **FUNDO**.
- (xvii) **Risco de Cobrança Bancária:** O **ORIGINADOR** é também o agente cobrador dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO** e os recursos transitam por uma conta de titularidade do **ORIGINADOR** no período compreendido entre o pagamento e o repasse ao **CUSTODIANTE**, para sua consequente compensação. Caso o **ORIGINADOR** sofra qualquer processo de intervenção, liquidação, falência ou evento semelhante, tais recursos poderão ficar indisponíveis e, conseqüentemente, resultar em perda ao **FUNDO**, ocasionando, por sua vez, variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, que pode levar a uma redução no valor das quotas seniores.
- (xviii) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado. Assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolve desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xix) **Risco de Resgate das Cotas do Fundo em Direitos Creditórios:** Conforme prev isto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios. Nessas hipóteses, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios;
- (xx) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento das amortizações e/ou dos resgates, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xxi) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade dos Documentos Representativos do Crédito por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. O **ORIGINADOR** será responsável pela guarda dos Documentos Representativos de Crédito, na qualidade de fiéis depositários dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso o **ORIGINADOR** tem a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE**, à **GESTORA** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à

25 NOV 08 730769

RECEBIMOS DE TÍTULOS E VALORES
DO FUNDO





**Cruzeiro
do Sul
DTMV**

verax
BOSUL VERAX SERV. DES. FINANCEIROS

referida documentação. Todavia, e independentemente da responsabilidade atribuída ao **ORIGINADOR**, a eventual guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

- (xxii) **Ausência de Notificação aos Sacados:** A cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO** poderá não ser notificada previamente aos Sacados. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte do **ORIGINADOR** dos créditos recebidos pelos Sacados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Sacados, os Direitos de Crédito relativos aos Sacados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.
- (xxiii) **Risco de Descontinuidade:** A consecução do benchmark de remuneração das cotas seniores dependerá da regular e contínua performance dos direitos e obrigações inerentes aos Direitos Creditórios. Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações pré-determinadas. Se uma dessas situações se verificar, os quotistas terão seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos que detinham aplicados no **FUNDO** com a mesma remuneração até então proporcionada, não sendo devida, entretanto, pelo **FUNDO**, pela **ADMINISTRADORA**, pela **GESTORA** ou pelo **CUSTODIANTE**, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência deste fato.
- (xxiv) **Risco de Descontinuidade do FUNDO em Razão da Indisponibilidade de Direitos de Crédito Elegíveis:** A política de investimento do **FUNDO** estabelece que o **FUNDO** deve destinar-se, primordialmente, à aplicação em Direitos Creditórios. Neste sentido, a continuidade do **FUNDO** pode ser comprometida independentemente de qualquer expectativa por parte de Cotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos no **FUNDO**, em função da continuidade das operações regulares do **ORIGINADOR** e da capacidade deste de originar Direitos Creditórios para aquisição pelo **FUNDO**.
- (xxv) **Risco de Descontinuidade do Processo de Substituição dos Direitos Creditórios:** O **FUNDO** poderá também substituir Direitos Creditórios por outros de maior e melhor liquidez, a critério da **GESTORA**, desde que o valor do Direito Creditório que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito Creditório. Todavia, no decorrer do prazo de duração do **FUNDO**, a **GESTORA** poderá não encontrar Direitos Creditórios que se enquadrem nos critérios de substituição indicados ou que não se enquadrem na política de investimentos do **FUNDO**. Desta forma, os Direitos Creditórios originalmente cedidos não poderão ser substituídos por outros de maior ou melhor liquidez, o que eventualmente pode afetar o desempenho do **FUNDO**.
- (xxvi) **Risco de verificação dos Direitos Creditórios por Amostragem:** Considerando que o **CUSTODIANTE** realizará a verificação trimestral da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por amostragem, há risco de a metodologia utilizada pelo **CUSTODIANTE** apresentar resultados em dissonância com a realidade, tendo em vista a falibilidade do método, podendo ocorrer eventuais distorções entre os resultados apresentados pela verificação por amostragem e os efetivamente obtidos.
- (xxvii) **Risco de Questionamento Judicial:** Os Direitos Creditórios podem ser questionados judicialmente tanto no que se refere: (i) à formalização dos Documentos Representativos de Crédito; (ii) às taxas aplicadas e (iii) à forma da cobrança dos empréstimos concedidos, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, os Direitos Creditórios poderão ser modificados ou cancelados em virtude

25 NOV 08 730769

RECIBO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS
DE CUSTÓDIA





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOLSA VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu patrimônio líquido.

- (xxviii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **GESTORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos dos resgates.
- (xxx) **Risco de Pré-Pagamento dos Direitos Creditórios:** Os Direitos Creditórios integrantes da carteira do **FUNDO** podem ser objeto de pré-pagamento. Assim, na hipótese de ocorrer o pré-pagamento dos Direitos Creditórios, podendo reduzir a rentabilidade dos Direitos Creditórios e, desta forma, afetar o horizonte de rentabilidade esperado pelo **FUNDO**.
- (xxx) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos ("default"), mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Parágrafo 2º: As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Parágrafo 3º: Não obstante a diligência da **GESTORA** em colocar em prática a política de investimento delibada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o quotista.

CAPÍTULO VII - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Artigo 21: A política de concessão de crédito é desenvolvida pela área de crédito do **ORIGINADOR** e monitorada pela **ADMINISTRADORA**, e pode ser sintetizada da seguinte forma: os empréstimos podem ser concedidos para determinado **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** somente se as parcelas de pagamento do empréstimo pretendido forem compatíveis com seus vencimentos, tendo em vista que os convênios celebrados com os **Entes Públicos Conveniados** estabelecem percentuais máximos da remuneração que podem ser comprometidos com desconto em folha. A definição dos limites leva em consideração todos os valores que já são descontados dos vencimentos. Assim, os **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** devem apresentar documentos que comprovem, respectivamente, sua condição de **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista** e a existência de margem suficiente para desconto em folha de pagamento.

Parágrafo 1º: O **FUNDO** poderá alienar a terceiros Direitos Creditórios adimplentes, desde que o valor de venda seja igual ou superior ao valor contabilizado em seu ativo. O **FUNDO** poderá também substituir Direitos Creditórios por outros de maior e melhor liquidez, a critério da **GESTORA**, desde que o valor do Direito Creditório que irá substituir o antigo seja igual ou superior ao valor contabilizado do antigo Direito Creditório. Em período de liquidação do **FUNDO**, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembleia Geral de Quotistas.



25 NOV 08 730769

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
SAC - 0100



Parágrafo 2º: Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos poderão ser alienados a terceiros, com deságio. Tal alienação não poderá ser realizada à **ADMINISTRADORA**, à **GESTORA**, ou a outros prestadores de serviços do **FUNDO**. Em período de liquidação do **FUNDO**, tais alienações dependerão de aprovação prévia da Assembleia Geral de Quotistas.

Artigo 22: A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são feitos pelo **ORIGINADOR**, com o auxílio dos **Entes Públicos Conveniados** que mantêm com convênio com o **ORIGINADOR**, sob supervisão da **ADMINISTRADORA**, para que as parcelas dos empréstimos concedidos aos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** sejam descontadas em folha de pagamento. As etapas da cobrança consistem em:

I - os **Entes Públicos Conveniados** descontam dos vencimentos dos **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas**, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) do(s) empréstimo(s) vencida(s) no período;

II - os valores descontados são repassados ao **ORIGINADOR** por meio do banco oficial do **Ente Público Conveniado**, ou de instituição conveniada com este;

III - o repasse mensal para o **ORIGINADOR** pode ser, conforme o **Ente Público Conveniado**, realizado por uma única ou por várias transferências bancárias;

IV - ao receber os valores, o **ORIGINADOR** os confronta com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos **Entes Públicos Conveniados**, informando quais **Servidores Públicos, Aposentados e Pensionistas** terão as parcelas dos empréstimos descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes. Em geral, a inadimplência decorre da exoneração, morte ou ordem judicial para pagamento de pensão alimentícia que impossibilite o desconto em folha de pagamento, no todo ou em parte, das parcelas do empréstimo;

V - havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, o **ORIGINADOR** questiona o **Ente Público Conveniado** e o próprio órgão que determinou o repasse do valor diverso do previsto;

VI - apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VII - os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pelo **ORIGINADOR** são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados de tal recebimento.

Artigo 23: Os créditos inadimplidos serão objeto de cobrança pela **ADMINISTRADORA** que contará com o *know how* do **ORIGINADOR** e observará os seguintes procedimentos:

I - se a cobrança amigável é frustrada, a conduta adotada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do inadimplente e eventual cobrança judicial da quantia devida;

II - se a causa da inadimplência é a morte do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**, busca-se cobrar do espólio, ou receber a indenização a ser paga pelo seguro, quando o crédito cedido ao **FUNDO** estiver garantido por seguro; e

III - se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto em folha de pagamento, busca-se renegociar o empréstimo, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do **Servidor Público, Aposentado ou Pensionista**.

CAPÍTULO VIII - DA ASSEMBLEIA GERAL





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOLSA VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 24: Será de competência privativa da Assembleia Geral de quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução; e

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**.

Parágrafo Único: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

Artigo 25: Assembleia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo em empresa cedente de direitos creditórios integrantes da carteira do **FUNDO**.

Artigo 26: A convocação da Assembleia Geral de quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) de que trata o inciso IV, do artigo 4º deste Regulamento, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembleia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembleia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembleia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os quotistas.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembleia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 27: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembleia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Artigo 28: Na Assembleia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas nos incisos II a V, do artigo 24, bem como as deliberações tomadas nas assembleias de que tratam o parágrafo 3º do artigo 56 e o parágrafo único do artigo 57, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Parágrafo 2º: Excetua-se do disposto neste artigo a hipótese de prorrogação do prazo do **FUNDO**, que sempre dependerá da aprovação de 2/3 (dois terços) da totalidade das quotas emitidas.

Parágrafo 3º: Têm qualidade para comparecer à Assembleia Geral, além dos quotistas, os seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 4º: Não têm direito a voto na assembleia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados, bem como os quotistas detentores de quotas subordinadas.

Artigo 29: As decisões da assembleia geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no caput deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

Artigo 30: As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de quotistas passarão a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos: I - lista de quotistas presentes na assembleia geral; II - cópia da ata da assembleia geral; e III - exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos.

CAPÍTULO IX - DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS

Artigo 31: As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão (i) em subclasses para ambas as classes, e (ii) em séries para as quotas subordinadas. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores de uma mesma série e subordinadas serão idênticos.

Artigo 32: As quotas seniores do **FUNDO** são avaliadas por empresa classificadora de risco (de *rating*) especializada. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos: I - comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e II - envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOEUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 33: A integralização, a amortização e o resgate de quotas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, ordem de pagamento, documento de ordem de crédito, CETIP, ou outro mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN, ressalvado o disposto no parágrafo 3º abaixo, no parágrafo 2º do artigo 56, e no inciso I do parágrafo 4º do artigo 56. Nestas datas as quotas de mesma classe e série terão valor unitário idêntico entre si.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas.

Parágrafo 2º: As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em Diretos Creditórios.

Parágrafo 3º: As amortizações das quotas subordinadas devem obedecer ao cronograma disposto no caput do artigo 46, ficando a decisão de amortizá-las, a critério da **ADMINISTRADORA**.

Artigo 34: Na emissão de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da quota de mesma classe em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Artigo 35: No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição, que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II - número e classe de quotas subscritas; e III - preço e condições para sua integralização.

Parágrafo Único - As quotas subordinadas serão subscritas somente pelo **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.**

Artigo 36: Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

Parágrafo 1º: No resgate será utilizado o valor da quota em vigor no dia do pagamento respectivo.

Parágrafo 2º: Independentemente do número de eventuais novas séries de quotas seniores que o **FUNDO** venha a ter, as quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas, total ou parcialmente, ou resgatadas após a amortização total ou parcial, conforme o caso, ou resgate de todas as quotas seniores.

Parágrafo 3º: Excetua-se do disposto no parágrafo supra a hipótese de amortização de quotas subordinadas para o reequilíbrio previsto no artigo 41 deste Regulamento.

Artigo 37: As quotas do **FUNDO** poderão ser negociadas em bolsas de valores ou mercado de balcão organizado, cabendo aos Intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 38: As quotas do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Artigo 39: As quotas serão registradas, para custódia e negociação, nos mercados primário e secundário, na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (a "CETIP").

Artigo 40: A amortização das quotas do **FUNDO** poderá ocorrer antes do prazo previsto no artigo 46 na ocorrência das seguintes hipóteses:





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

I - impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios; e

II - na hipótese da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** ser superior a 90% (noventa por cento), ou seja, na hipótese do somatório dos valores das quotas subordinadas representar percentual igual ou menor que 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: A antecipação do início da amortização de quotas do **FUNDO** será operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 41: Na hipótese de as quotas subordinadas representarem mais de 21% (vinte e um por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios: I - a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização; **II - as quotas serão amortizadas visando exclusivamente o re-equilíbrio da relação e observando, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados.**

CAPÍTULO X - DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Artigo 42: Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Parágrafo Único: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

Artigo 43: As quotas do **FUNDO** serão valorizadas todo dia útil.

Parágrafo 1º: Para fins do disposto no inciso XIII, do artigo 24, da Instrução 356, os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como "títulos mantidos até o vencimento". Os demais ativos deverão ser classificados na categoria "títulos para negociação"; e

II - os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** que têm valor de mercado, serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, obrigação e prazo; e

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSAI VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

IV - Os direitos creditórios, por não terem mercado de negociação oficial, serão avaliados pelo custo de aquisição, com apropriação exponencial de rendimentos (correspondentes ao deságio), pelo prazo a decorrer até o seu vencimento.

Parágrafo 2º: As perdas reconhecidas e as provisões realizadas com os Direitos Creditórios ou com os outros ativos serão registradas no resultado do período, observadas as regras e os procedimentos definidos no COSIF e na Resolução CMN nº 2.382, quais sejam a classificação dos Direitos Creditórios nos níveis de risco estabelecidos no Artigo 1º da referida Resolução, bem como a transferência e permanência de Direitos Creditórios inadimplidos em conta de compensação, na forma de seu Artigo 7º. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita no resultado do período.

Parágrafo 3º: É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do **FUNDO**, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO** e, caso aplicável, do mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

Parágrafo 4º: O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas. Uma vez excedidos os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Parágrafo 5º: Por outro lado, na hipótese de o **FUNDO** atingir o benchmark definido neste Regulamento, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Parágrafo 6º: A partir da data da primeira integralização de cotas e até a liquidação do **FUNDO**, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, a **ADMINISTRADORA** obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados nas contas correntes de titularidade do **FUNDO**, a alocar os recursos decorrentes da integralização das cotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, na seguinte ordem:

- I - no pagamento dos custos correntes do **FUNDO**;
- II - no pagamento das amortizações e/ou do resgate das quotas seniores em circulação, observados os termos e as condições do Regulamento;
- III - no pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional; e
- IV - no pagamento das amortizações e/ou do resgate das quotas subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

Parágrafo 7º: Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos submeter-se-ão às regras de provisão indicadas no COSIF, nos termos do Artigo 1º da Resolução CMN nº 2682.

Parágrafo 8º: A provisão para devedores duvidosos atingirá todos os Direitos Creditórios do mesmo Sacado ("efeito vagão").





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 44: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, o enquanto existirem quotas seniores em circulação, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 80% (oitenta por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 20% (vinte por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do site da **GESTORA** (www.verax.com.br).

Parágrafo Único: Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com quotas subordinadas representando, por mais de 30 (trinta) dias corridos, menos que 19% (dezenove por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência ao **ORIGINADOR**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) notificará o fato e solicitará ao **ORIGINADOR** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 10 (dez) dias corridos contados do recebimento da comunicação; e
- b) informará ao **ORIGINADOR** o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

II - O **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.** deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no *caput*.

III - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte do **BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A.**, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembleia Geral de quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO XI - PATRIMÔNIO INICIAL

Artigo 45: A primeira série de quotas do **FUNDO**, representativa do patrimônio inicial, será composta por até 15.000 (quinze mil) quotas seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), respeitando-se o previsto no artigo 44 supra.

Parágrafo 1º: A primeira série de quotas, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 11,6% (onze e dezesseis por cento) da taxa dos Depósitos Interfinanceiros ("DI") de 1 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela CETIP.

Parágrafo 2º: Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou da **GESTORA** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Parágrafo 3º: A primeira série de quotas terá prazo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data publicada primeira integralização das quotas seniores da primeira série.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOULVER VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Parágrafo 4º: Na subscrição de quotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** deve ser utilizado o valor da quota de mesma classe em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Parágrafo 5º: O preço de subscrição das quotas seniores poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através do procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Parágrafo 6º: Em razão do disposto no parágrafo único, do artigo 44 do Regulamento, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro.

Artigo 46: A partir do 18º (décimo oitavo) mês, contado da data de início das atividades do **FUNDO**, tanto as quotas seniores como as subordinadas do **FUNDO** terão seus valores amortizados trimestralmente, nos termos do cronograma e razão abaixo definidos:

21º mês	24º mês	27º mês	30º mês	33º mês	36º mês
1/8	1/5	1/4	1/3	1/2	1/1

Parágrafo Único: O pagamento das amortizações e do resgate mencionado no artigo 47, abaixo, corresponderá ao pagamento proporcional do principal e juros e deverá ser feito no último dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. A amortização de quotas subordinadas prevista neste parágrafo, quando ocorrer, será efetuada até 1 (um) dia útil após a data em que forem amortizadas as quotas seniores.

Artigo 47: O resgate das quotas seniores e subordinadas se dará no 36º (trigésimo sexto) mês, conforme demonstrado na Tabela do artigo 46 supra.

Artigo 48: As quotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO**, deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo estabelecido na Instrução 356.

Parágrafo 1º: Na subscrição de quotas representativas do patrimônio inicial do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor da quota de mesma classe em vigor no 1º (primeiro) dia útil subsequente ao dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

Parágrafo 2º: Será admitida a integralização de quotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observados os critérios estabelecidos pela **ADMINISTRADORA**, bem como no anúncio de início de distribuição de quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso.

Artigo 49: A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 3.000 (três mil) quotas seniores, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**.

Parágrafo Único: A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, definida no caput do artigo 44 deste Regulamento.

CAPÍTULO XII - DOS ENCARGOS DO FUNDO





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOLSA VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Artigo 50: Constituem encargos do **FUNDO**, além da taxa de administração, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

I – taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

II – despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no regulamento do **FUNDO** ou na regulamentação pertinente;

III – despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos condôminos;

IV – honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

V – emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

VI – honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

VII – quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de assembleia geral do condôminos;

VIII – taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

IX – a contribuição anual devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o **FUNDO** venha a ter suas cotas admitidas à negociação; e

X – despesas com a contratação de agência classificadora de risco.

XI – despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos condôminos, na forma do inciso I do artigo 31 da Instrução 358.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes de serviços de consultoria relativamente à análise e seleção dos ativos e modalidades para integrarem a carteira do **FUNDO**, bem como quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XIII - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 51: A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO**, de modo a garantir a todos os quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo Único: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

Artigo 52: A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

III - o comportamento da carteira de créditos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 53: A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 54: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1º: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 1 (um) ano, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 2º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no caput, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XIV - LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 55: O **FUNDO** será liquidado por ocasião do término do seu prazo de duração.

Parágrafo 1º: Na hipótese de liquidação do **FUNDO** por ocasião do término do seu prazo de duração, as quotas seniores deverão ser resgatadas, observando-se as disposições do Capítulo IX deste Regulamento.

Parágrafo 2º: Na hipótese de liquidação do **FUNDO** por ocasião do término do seu prazo de duração, as quotas subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios.

Artigo 56: Poderá haver a liquidação antecipada do **FUNDO** nas seguintes situações (os "Eventos de Liquidação"):

I - se o patamar mínimo de distribuição de quotas do **FUNDO** descrito neste Regulamento não for atingido no prazo ali mencionado;

II - por deliberação de Assembleia Geral de quotistas, na hipótese prevista no artigo 44, parágrafo único, inciso III, alínea "c", o artigo 8º, inciso II, alínea "b", ambos deste Regulamento; e

III - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), pelo período de 3 (três) meses consecutivos, excetuado o período final das amortizações de séries.

IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resiliado;

V - se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

VI - rescisão do convênio com os entes da administração pública ou a impossibilidade de operacionalização da consignação do crédito em folha;





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

VII - rebaixamento da classificação de risco das quotas seniores para nível especulativo, assim entendido o rebaixamento da referida classificação de risco para um nível considerado "speculative grade", ou seja, qualquer nível de classificação abaixo de "BBB-" ou "Baa3", de acordo com o critério de classificação adotado pela agência de classificação de risco das quotas seniores do FUNDO.

Parágrafo 1º: Nas hipóteses do inciso II supra, se a decisão Assembleia Geral for a de não liquidação do FUNDO, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 2º: - Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação Antecipada, independentemente de qualquer procedimento adicional, a ADMINISTRADORA deverá I) notificar os Quotistas, e ii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do FUNDO definidos no parágrafo 4º abaixo. A ADMINISTRADORA deverá convocar, no prazo de 10 (dez) dias, uma assembleia geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem, sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º deste artigo.

Parágrafo 3º: Após o pagamento das despesas e encargos do FUNDO, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do FUNDO assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 46 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos do parágrafo 2º deste artigo, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto neste Regulamento, desde que assim deliberado em assembleia geral convocada para este fim, e;

II - que ADMINISTRADORA poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do FUNDO, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe este Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do FUNDO, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores, em primeiro lugar, e subsequentemente, após pagas todas as quotas seniores, das quotas subordinadas.

Parágrafo 4º - A liquidação do FUNDO será gerida pela ADMINISTRADORA, observando: I) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na assembleia geral, e: ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

Parágrafo 5º: Na ocorrência de liquidação antecipada do FUNDO, as quotas seniores poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios, devendo ser observado, no que couber, as disposições deste Capítulo.

Parágrafo 6º: Na hipótese de a Assembleia Geral de Cotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos ativos financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os Direitos Creditórios e os ativos financeiros serão dados em pagamento aos quotistas seniores, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista sênior será calculada de acordo com a proporção de quotas seniores detida por cada titular sobre o valor total das quotas seniores existentes à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a ADMINISTRADORA, a GESTORA e o CUSTODIANTE estarão desobrigados em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o FUNDO perante as autoridades competentes.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSQUE VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

Parágrafo 7º: A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os quotistas seniores, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e ativos financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e ativos financeiros a que cada quotista sênior fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA**, da **GESTORA** e do **CUSTODIANTE** perante os quotistas seniores após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 8º: Caso os titulares das quotas seniores não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores existentes.

Parágrafo 9º: Na hipótese de liquidação antecipada do **FUNDO**, e após o resgate da totalidade das quotas seniores nos termos dos Parágrafos 5º a 8º acima, as quotas subordinadas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios.

CAPÍTULO XV - EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 57: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas (os "Eventos de Avaliação"), caberá à **ADMINISTRADORA**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e consequente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas.

I - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstos no Capítulo II deste Regulamento, que não seja um evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

II - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;

III - aquisição reiterada, pela **ADMINISTRADORA**, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo VI deste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

IV - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer série das quotas seniores;

V - caso o **FUNDO** deixe de atender ao percentual mínimo de Quotas Subordinadas por um prazo superior a 30 (trinta) dias; e

VI - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no Parágrafo 3º do artigo 2º deste Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação.

Parágrafo Único: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 10 (dez) dias, uma assembleia geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**.

Artigo 58: Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.





**Cruzeiro
do Sul
DTVM**

verax
BOSUL VERAX SERVIÇOS FINANCEIROS

CAPÍTULO XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 59: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2008.

Marcio Xandó Baptista

Elcio Leopoldino

CRUZEIRO DO SUL S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
E OFÍCIO
25 NOV 08 730768
REGISTRADO E ARQUIVADO
RIO DE JANEIRO - CAPITAL - RJ

